



**SEM LIBERDADE
NÃO HÁ INFORMAÇÃO.**

Campanha Nacional em Defesa
da Liberdade de Imprensa.

VIOLÊNCIA E LIBERDADE DE IMPrensa NO BRASIL

**RELATÓRIO FENAJ
2007/2008**

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

VIOLÊNCIA E LIBERDADE DE IMPRESA NO BRASIL

RELATÓRIO FENAJ 2007/2008

Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)
Comissão Nacional de Direitos Humanos
SCLRN 704 – Bl. F. Loja 20
CEP 70.730-536 Brasília – DF
Tels: (61) 3244-0650/3244-0658
Fax: (61) 3242-6616
E-mail: fenaj@fenaj.org.br
Site: www.fenaj.org.br

Realização:

Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)
Comissão Nacional de Direitos Humanos e Liberdade de Imprensa

Pesquisa, Edição e Texto:

Carmem Silva
Tânia Machado de Andrade

Brasília – Brasil
Dezembro 2009

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	4
OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA.....	5
Agressão e censura encabeçam o ranking	6
A REALIDADE BRASILEIRA.....	8
Temas abordados nas reportagens que resultaram nas agressões nos anos de 2007/2008.....	18
RELATO DE CASOS.....	20
2007	20
1. Assassinatos	20
2. Agressões físicas e verbais	22
3. Ameaças.....	33
4. Detenção e tortura	35
5. Censura e processos judiciais	36
6. atentados	45
7. Desrespeito ao sigilo de fonte.....	47
8. Violência contra a organização sindical	47
COBERTURA DE RISCO.....	48
DESDOBRAMENTOS DE CASOS ANTIGOS.....	50
2008	53
1. Assassinatos	53
2. Agressões físicas e verbais	53
3. Ameaças.....	61
4. Detenção e tortura	63
5. Censura e processos judiciais	65
6. atentados	72
7. Desrespeito ao sigilo de fonte.....	73
8. Violência contra a organização sindical	74
COBERTURA DE RISCO.....	75
DESDOBRAMENTOS DE CASOS ANTIGOS.....	75
Diretoria da FENAJ	77

APRESENTAÇÃO

O sequestro da equipe do jornal O Dia por milicianos na Favela do Batan, em Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro, ocorrido em maio de 2008, pode ser usado como símbolo do que pode acontecer quando se juntam o desrespeito ao trabalho de jornalista, a imprudência e a falta de preocupação das empresas de comunicação com a segurança de seus profissionais. Este caso, que teve repercussão nacional e internacional, se enquadra na maioria dos tipos de violência descritos neste relatório: detenção, tortura, cobertura de risco e agressão.

A ousada operação para descrever a rotina de uma comunidade dominada pelas milícias pôs em risco a vida dos profissionais envolvidos. É inaceitável que a tragédia de Tim Lopes, da TV Globo, não tenha conscientizado as empresas que nenhuma denúncia ou prêmio de Jornalismo vale uma vida. É preciso encontrar uma forma para que a imprensa cumpra o seu papel de informar com a garantia da integridade de seus jornalistas. A técnica de infiltração é própria de polícias com instrumentos de alta tecnologia, após treinamentos intensivos de meses ou até anos. Não é tarefa para jornalistas. É fundamental que as empresas desenvolvam programas de proteção aos jornalistas em coberturas de risco.

Esperamos que o relato de tantos casos de violência ocorridos de Norte a Sul do Brasil consiga sensibilizar os donos e diretores dos meios de comunicação, os próprios profissionais, as autoridades e a sociedade brasileira para a situação de risco a que estão sendo expostos os jornalistas na sua rotina diária de trabalho.

Sérgio Murillo de Andrade
Presidente da FENAJ

OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) pretende, com esta publicação, apresentar à sociedade um retrato da violência contra os jornalistas no Brasil. O relatório 2007/2008 revela que o jornalismo e os jornalistas ainda sofrem em consequência dos desmandos cometidos, da violência e da falta de compreensão do significado de uma imprensa livre, assentada em bases democráticas.

Este material também tem o objetivo de estimular novas denúncias, para que o quadro de violência se aproxime cada vez mais da realidade e seja, sobretudo, instrumento de defesa da informação, dos profissionais que trabalham com ela e da sociedade.

Para a execução desse trabalho, foram examinadas denúncias e informações recebidas e divulgadas, principalmente, pelos sindicatos de jornalistas do Brasil e pela própria FENAJ. Além de pesquisas feitas em diversos veículos de comunicação de todo Brasil.

A FENAJ tem claro que os casos apurados ainda estão muito longe da realidade. Diagnosticar casos de violência contra jornalistas, em um País como o Brasil, é um grande desafio. Principalmente porque existe outro tipo de violência, tão graves quanto às apontadas neste relatório, que nunca, ou raramente, são denunciadas. Aquelas que acontecem dentro das redações e das empresas de comunicação. A FENAJ reconhece que, mesmo sendo vítimas de censura, agressões, ameaças, assédio, os jornalistas acabam se calando.

Ainda assim, a FENAJ aposta nesta luta e continuará trabalhando pela divulgação e punição dos agentes responsáveis pelos casos de violência contra os jornalistas e contra o direito da sociedade de receber informação qualificada. Também está atenta às demissões e à precarização das relações de trabalho, fatos que acontecem diariamente nas redações, e que embora não façam parte deste relatório configuram uma violência de proporções incalculáveis.

Agressão e censura encabeçam o ranking

O relatório 2007/2008 mostra que a agressão e a censura são as principais formas de se tentar impedir o trabalho dos jornalistas no Brasil.

Os dados mostram números preocupantes, mas um deles chama mais atenção, o que aponta que a maioria dos casos de violência contra os jornalistas é cometida por agentes do estado ou a mando deles. As polícias encabeçam esse vergonhoso ranking.

Também é possível observar que a justiça tem sido cada vez mais utilizada para impedir o trabalho da imprensa no Brasil. O número de tentativas de censura e processos judiciais cresceu de 35% para 37% e se compararmos com 2006, este crescimento é maior. Esses casos, naquele ano, não passavam de 24%.

As ações movidas por integrantes da igreja Universal contra jornalistas em vários estados e a decisão da justiça de impedir que o Jornal da Tarde publicasse uma matéria sobre supostas irregularidades cometidas pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo), que estavam sendo apuradas pelo TCU (Tribunal de Contas da União), ilustram bem essa situação. Os presidentes da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e da FENAJ criticaram duramente o episódio. O presidente da ABI, Maurício Azedo, chegou a afirmar que "O grande inimigo da imprensa hoje é o Poder Judiciário, que, em decisões de juízes despreparados e com vocação totalitária, cerceia a liberdade de expressão e os direitos estabelecidos".

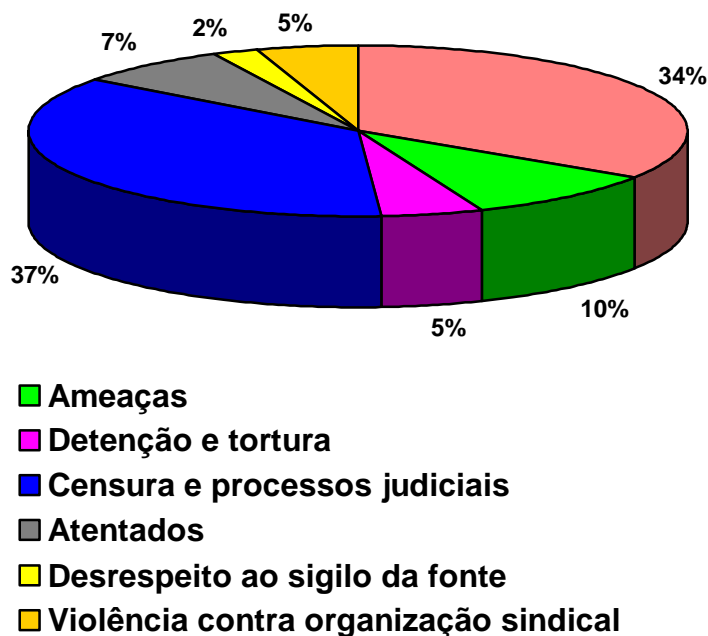
Este documento mostra também que há vários riscos no trabalho dos jornalistas. Os números indicam que por muitos motivos, alguns pela própria natureza do trabalho, mas outros pela imprudência das empresas e dos próprios profissionais na cobertura de alguns casos. Para a FENAJ, as empresas colocam seus jornalistas em situações de risco sem se preocuparem com as consequências. Também não pretende se omitir diante dos excessos cometidos

pelos próprios jornalistas, tanto quando colocam suas vidas em risco em coberturas de iminente perigo por conta própria ou quando, em nome do espetáculo, confrontam autoridades, expõem e desrespeitam pessoas. É necessário que o jornalista atue respeitando o código de ética da categoria, denuncie as agressões que sofre e exija das empresas mais segurança para o exercício da profissão.

QUADRO DE VIOLÊNCIA POR TIPO DE AGRESSÃO 2007



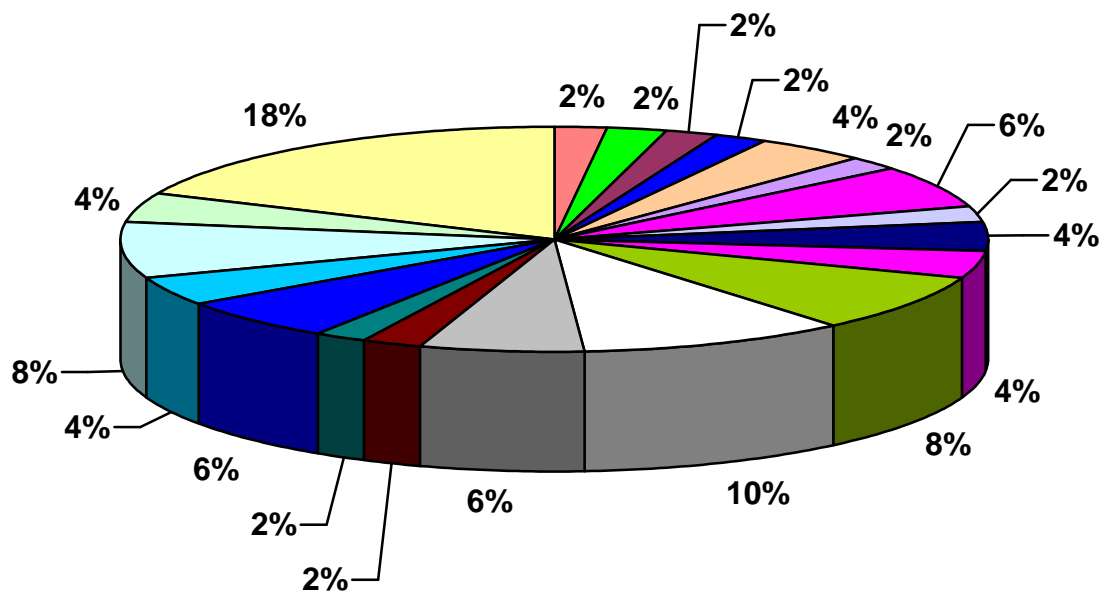
QUADRO DE VIOLÊNCIA POR TIPO DE AGRESSÃO 2008



A REALIDADE BRASILEIRA

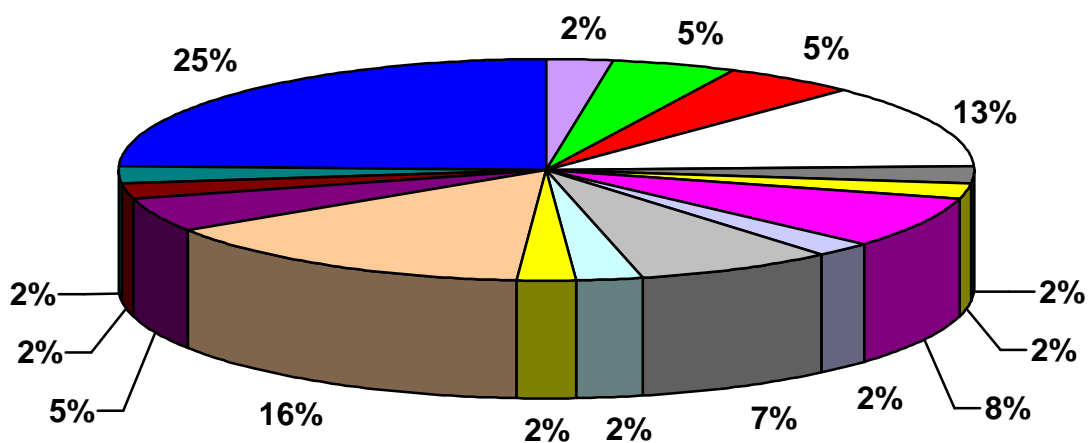
Os dois anos, objetos desta análise, mostram que a atuação dos jornalistas no Brasil continua sendo marcada pela violência. A difusão da informação incomoda muitos setores, que incapacitados de conviver com a democracia, julgam-se no direito de bater, prender, insultar e, em alguns casos, até matar. Este relatório apresenta os casos mais variados. Jornalista torturado por milicianos, agredido por político, polícia, segurança privada, torcedores de futebol, advogado. Tentativas de intimidação por processos judiciais, ameaças, detenção e atentados. Desrespeito ao sigilo da fonte e de violência contra a organização sindical. Várias formas de intimidação foram usadas para obstruir o trabalho da imprensa. Mostra também que o poder público não só se mostra incapaz de cumprir seu papel de punir os responsáveis pelas agressões, como, em muitos casos, é agente dessas violências.

QUADRO DE VIOLÊNCIA POR ESTADO 2007



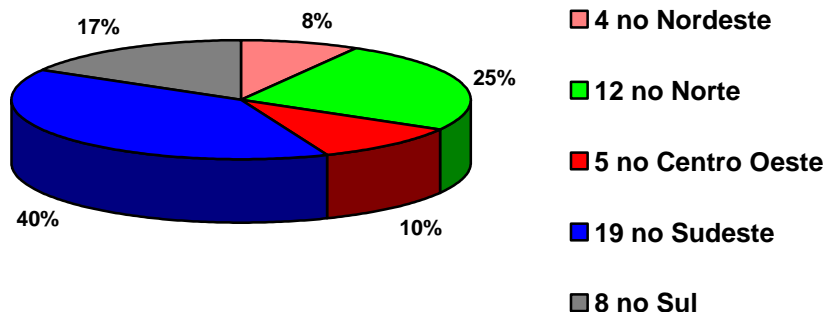
- | | |
|------------------------|-------------------------|
| 1 em Alagoas | 1 no Amapá |
| 1 no Amazonas | 1 na Bahia |
| 2 no Ceará | 1 no Distrito Federal |
| 3 no Espírito Santo | 1 no Maranhão |
| 2 no Mato Grosso | 2 no Mato Grosso do Sul |
| 4 em Minas Gerais | 5 no Pará |
| 3 no Paraná | 1 em Pernambuco |
| 1 no Piauí | 3 no Rio de Janeiro |
| 2 no Rio Grande do Sul | 4 em Rondônia |
| 2 em Santa Catarina | 9 em São Paulo |

QUADRO DE VIOLÊNCIA POR ESTADO 2008

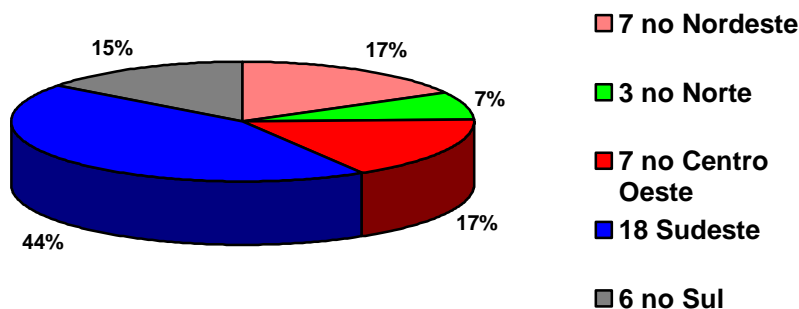


- | | |
|------------------------|-----------------------|
| 1 no Amazonas | 2 na Bahia |
| 2 no Ceará | 5 no Distrito Federal |
| 1 no Maranhão | 1 no Mato Grosso |
| 3 em Minas Gerais | 1 no Pará |
| 3 no Paraná | 1 em Pernambuco |
| 1 no Piauí | 6 no Rio de Janeiro |
| 2 no Rio Grande do Sul | 1 em Rondônia |
| 1 em Santa Catarina | 10 em São Paulo |

QUADRO DE VIOLÊNCIA POR REGIÃO BRASILEIRA 2007



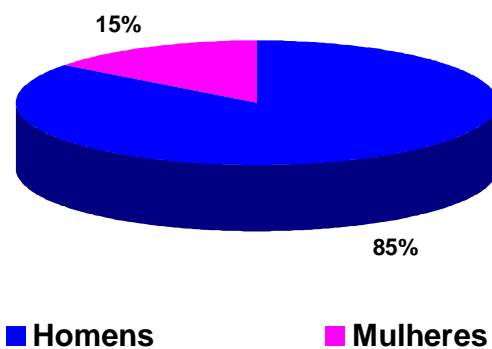
QUADRO DE VIOLÊNCIA POR REGIÃO BRASILEIRA 2008



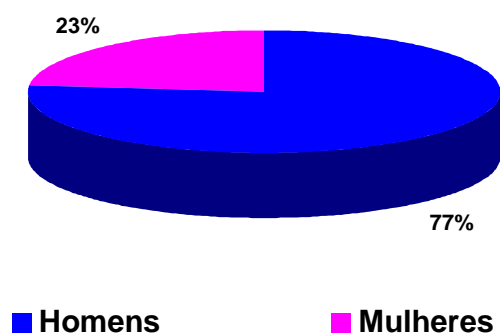
Violência contra jornalistas de Norte a Sul do País

A região Sudeste, mais precisamente o Estado de São Paulo, é a campeão, em 2007 e 2008, no ranking nacional das agressões contra jornalistas. Em 2007, a região Norte aparece como segunda colocada e em 2008, a Nordeste empatada com a Centro Oeste. A região Sul aparece em terceiro em 2007 e em quarto em 2008. Independente da posição, os 90 relatos de violência contra jornalistas, apresentados neste documento, mostram que trabalhar com informação é um risco em todo Brasil.

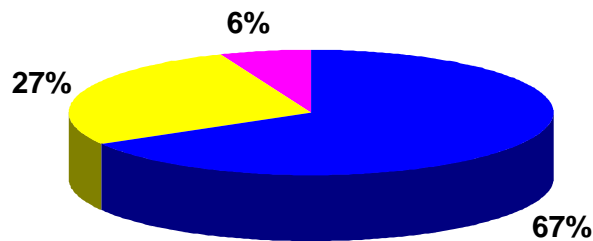
VÍTIMAS POR GÊNERO 2007



VÍTIMAS POR GÊNERO 2008

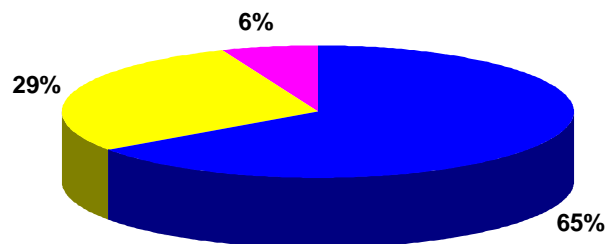


VÍTIMAS POR ÁREA DE TRABALHO 2007



- Profissionais de texto
- Profissionais de imagem
- Trabalhadores de empresas de Comunicação

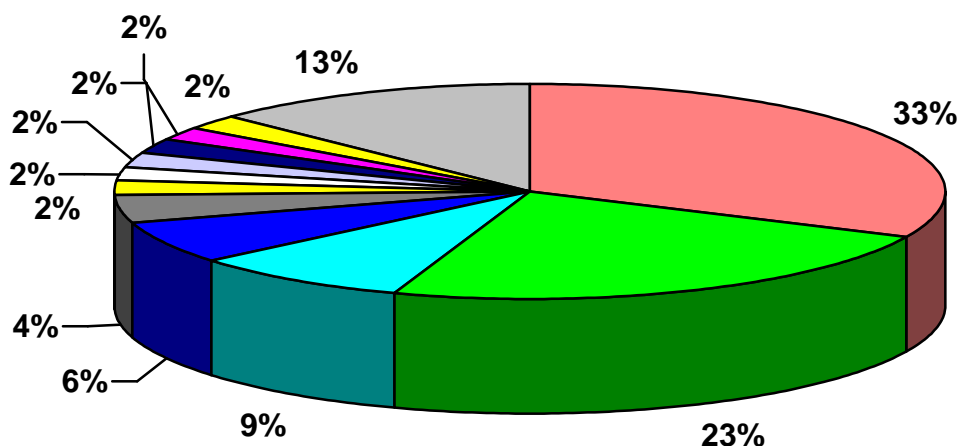
VÍTIMAS POR ÁREA DE TRABALHO 2008



- Profissionais de texto
- Profissionais de imagem
- Trabalhadores de empresas de Comunicação

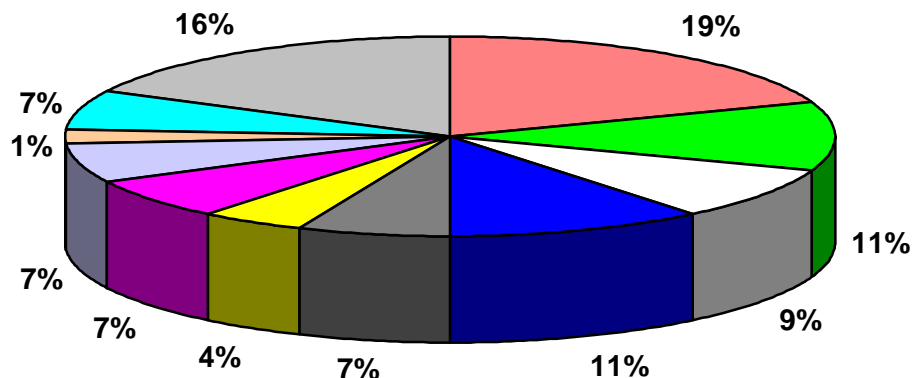
Os homens continuam sendo as principais vítimas das agressões, mas, de 2007 para 2008, o número de mulheres agredidas passou de 15% para 23%. O relatório da FENAJ mostra também que a maioria dos 115 profissionais identificados como vítimas das agressões trabalha na mídia impressa (76), em seguida aparecem os profissionais de imagem, vítimas em 32 casos denunciados.

AGRESSORES IDENTIFICADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO – 2007



- Casos envolvendo militares ou Polícias Militar, Civil ou Federal
- Casos envolvendo políticos ou a mando político
- Casos envolvendo a Justiça
- Casos envolvendo jogadores, assessores e torcedores de time de futebol
- Caso envolvendo empresários
- Casos envolvendo funcionários públicos
- Casos envolvendo segurança privada
- Caso envolvendo Igrejas
- Caso envolvendo Advogados
- Caso envolvendo funcionário de empresa privada
- Casos envolvendo manifestantes
- Casos envolvendo desconhecidos/não identificados

AGRESSORES IDENTIFICADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO – 2008

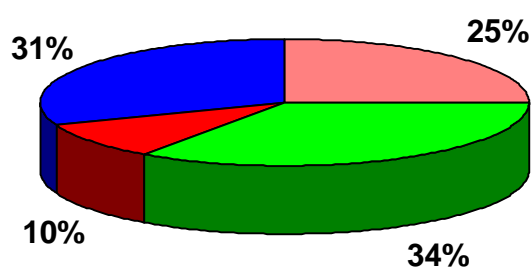


- Casos envolvendo militares ou Polícias Militar, Civil ou Federal
- Casos envolvendo políticos ou a mando político
- Casos envolvendo segurança privada
- Casos envolvendo juízes ou promotores
- Casos envolvendo Igreja
- Casos envolvendo traficantes ou acusados de outros crimes
- Casos envolvendo empresários
- Caso envolvendo manifestantes
- Caso envolvendo advogados
- Caso envolvendo torcedores de futebol
- Casos envolvendo desconhecidos/não identificados

O relatório aponta que a grande maioria dos agressores está nas áreas política e pública, tanto em 2007 como em 2008. No topo da lista: as polícias e os políticos. Em 2006, 30% dos casos de violência tinham relação com atuação das polícias, em 2007 esse número passou para 33% e em 2008, embora tendo caído para 19%, os casos envolvendo as polícias continuam em primeiro lugar. Em 2007, aparecem em segundo lugar os políticos ou os casos a mando político (23%) e em 2008, 13%. Em 2007, a Justiça aparece em terceiro lugar e em 2008, a segurança privada, responsável por 18% dos casos. Um dado curioso é que em 2006 casos envolvendo segurança privada não apareceram no relatório da FENAJ. Aparecem ainda: igreja, empresários, advogados torcedores de

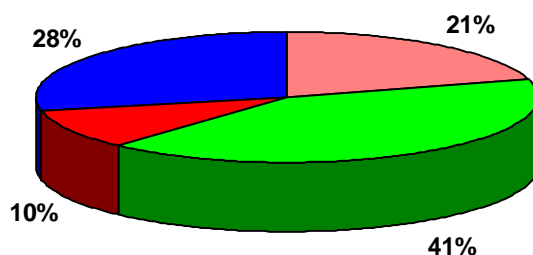
futebol, manifestantes. Em alguns desses casos, a violência torna-se ainda mais descabida, o agressor confunde o trabalhador com a empresa de comunicação e, para protestar, acaba fazendo o jornalista de vítima.

TEMAS GERAIS ABORDADOS EM TRABALHOS JORNALÍSTICOS ALVOS DE VIOLÊNCIA 2007



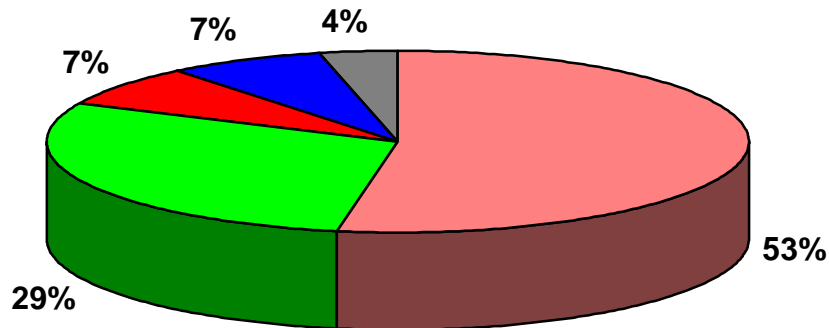
- Temas políticos ou relacionados à administração pública
- Temas relacionados à realidade urbana, rural ou social
- Temas relacionados à ação policial ou judiciária
- Temas diversos

TEMAS GERAIS ABORDADOS EM TRABALHOS JORNALÍSTICOS ALVOS DE VIOLÊNCIA 2008



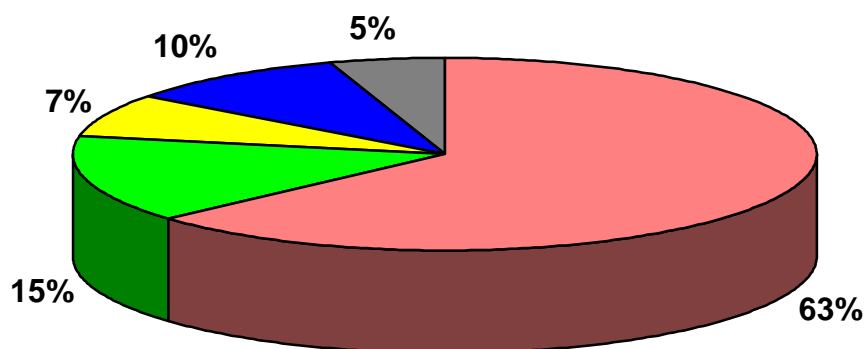
- Temas políticos ou relacionados à administração pública
- Temas relacionados à realidade urbana, rural ou social
- Temas relacionados à ação policial ou judiciária
- Temas diversos

QUADRO DE VIOLÊNCIA POR TIPO DE MÍDIA ENVOLVIDA 2007



- Veículos impressos citados em 29 casos
- Televisões citadas em 16 casos
- Rádios citados em 4 casos
- Blogs ou sites da Internet citados em 4 casos
- 2 casos sem identificação

QUADRO DE VIOLÊNCIA POR TIPO DE MÍDIA ENVOLVIDA 2008



- Veículos impressos citados em 26 casos
- Televisões citadas em 6 casos
- Rádios citados em 3 casos
- Blogs ou sites da Internet citados em 4 casos
- 2 casos sem identificação

Os dados mostram que a cobertura de determinados assuntos faz o trabalho do jornalista ainda mais arriscado. No topo da lista dos temas que resultam em agressão, censura ou outros tipos de violência, aparecem trabalhos relacionados com administração e dinheiro público, com a Igreja Universal, com conflitos urbanos ou rurais. Mas é possível observar, que basta um jornalista, um assunto um pouco controverso e um cidadão ou uma autoridade sem compreensão do papel da imprensa em um estado democrático para que a violência se manifeste. Por isso, é fundamental obter cada vez mais dados que ajudem a entender a realidade da violência contra os jornalistas no Brasil.

Temas abordados nas reportagens que resultaram nas agressões (2007/2008)

Políticos ou relacionados à administração pública (23 casos)

Irregularidades utilização dinheiro público, superfaturamento – 6

Administração pública e arrecadação – 4

Congresso Nacional - 3

Eleições, campanha eleitoral e compra de votos – 3

Salário de deputados - 1

Dinheiro de origem suspeita - 1

Festa com presença de políticos - 1

Coletiva prefeito - 1

CPI – 1

Cassação parlamentar – 1

Conversa telefônica entre políticos – 1

Realidade urbana, rural ou social (34 casos)

Igreja Universal - 4

Assassinatos – 3

Saúde Pública – 3

Crime organizado – 3

Desocupação de terra – 3

Fechamento de cassino – 2

Pistolagem – 2

Greve – 2

Poluição e outras questões ambientais - 1

Falta de vagas em escolas públicas - 1

Inadimplência - 1

Desocupação reitoria USP – 1

Protesto de trabalhadores - 1
Ditadura Militar - 1
Prostituição infantil – 1
Assalto a banco - 1
Deslizamento - 1
Roubo de máquinas - 1
Máfia - 1
Estupro - 1

Ação policial ou judiciária (8 casos)

Operação Polícia Federal - 2
Corrupção policial - 2
Repressão policial – 2
Sindicância PM - 1
Situação centro penitenciário - 1

Diversos (13 casos)

Acidente de trânsito - 3
Esportes (partidas, campeonatos e diretoria de clubes) – 3
Carnaval – 1
Conselho Regional de Medicina - 1
Feira de noivas - 1
Acidente obras do metrô – 1
Queda de marquise – 1
Fila de banco - 1

Não informados ou sem relação com cobertura jornalística – 12

RELATO DE CASOS

Violência e desrespeito à liberdade de imprensa noticiados e denunciados em 2007 e 2008

O relatório **FENAJ 2007/2008 – Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil**, elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Federação, mostra a seguir uma sinopse dos casos registrados nestes anos. Para melhor compreensão, os relatos foram divididos em oito categorias: assassinatos, sequestro, agressões físicas e verbais, ameaças, prisão e tortura, censura e assédio judicial, atentados e desrespeito ao sigilo de fonte. Em cada uma das categorias, os casos são divididos por Estado, apresentados em ordem alfabética, assim como os nomes das vítimas. Também foram incluídos, a título informativo já que não foram considerados nas estatísticas, casos envolvendo cobertura de risco, arquivamento de processo e julgamentos.

2007

1. Assassinatos

Rio de Janeiro

Robson Barbosa Bezerra – 09 de fevereiro

O repórter fotográfico Robson Barbosa Bezerra, 41, foi morto depois de receber pelo menos oito tiros na cabeça, por volta das 20h, quando chegava em casa, na Zona Norte do Rio. Quando parou seu carro, para entrar no prédio onde morava, foi surpreendido por um homem que chegou em uma moto, segundo revelações de uma testemunha. Os policiais que estiveram no local avaliaram as características do crime e acreditam na hipótese de execução.

Não houve vestígios de roubo. Com a vítima a polícia encontrou documentos, a quantia de R\$ 1.500.

O Sindicato Nacional de Trabajadores de la Prensa (SNTP) de Venezuela e os diretores miembros da Secretaría de Derechos Humanos y Asuntos Internacionales lamentaram a morte do repórter-fotográfico e pediu as autoridades do Rio de Janeiro que se empenhassem na solução do crime e aplicassem com rigor a justiça. A International Federation of Journalists (IFJ) condenou o assassinato do jornalista.

A Federación de Periodistas de América Latina (Fepalc) solidarizou com os jornalistas brasileiros e repudiou o estado de violência que mais uma vez tira a vida de um trabalhador.

São Paulo

Luiz Carlos Barbon Filho – 05 de maio

Luiz Carlos Barbon Filho, trabalhador com registro precário, foi morto por dois homens que estavam em uma moto. Segundo testemunhas, os criminosos chegaram e atiraram. A vítima foi atingida por dois tiros de espingarda calibre 12.

Barbon havia denunciado o esquema de aliciamento de menores na cidade de Porto Ferreira (a 228 km da cidade de São Paulo) envolvendo quatro empresários, cinco vereadores e um garçom de Porto Ferreira. O caso ganhou repercussão nacional, mas os vereadores e os empresários foram libertados.

Apenas o garçom Walter Mafra, que organizava as festas com a participação de meninas menores de idade, permaneceu preso. Um dos empresários acusados ainda está foragido.

A vítima era constantemente ameaçada e chegou até a desligar o seu telefone fixo, devido aos inúmeros telefonemas ameaçadores que recebia. Barbon colaborava com a Rádio Porto FM e tinha colunas no Jornal do Porto e JC Regional.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo ressaltaram que a morte Barbon exige uma reflexão profunda sobre o atual estágio de fragilidade social à qual está exposta a profissão de jornalista e grande parte da população. Ressaltaram também a importância do exercício regular de profissão, pautado pelos princípios éticos da categoria.

2. Agressões Físicas e Verbais

Acre

Mazinho Rogério (repórter) e Oderlândio Freitas (repórter cinematográfico) – Cruzeiro do Sul – 21 de agosto

A equipe de reportagem da TV Integração, afiliada da TV Bandeirantes, foi agredida pelo policial civil João Batista, conhecido por João Pequeno, lotado na Delegacia de Polícia de Cruzeiro do Sul. No momento da agressão, os jornalistas cobriam o depoimento do filho do policial que estava sendo ouvido em um caso de assassinato.

O Sindicato dos Jornalistas do Acre repudiou e protestou contra a atitude do policial João Batista e lembrou que a Polícia cabe o ofício de proteger e não de agredir os cidadãos.

Distrito Federal

Alan Marques – Brasília - 26 de outubro

O empresário Nenê Constantino, dono da GOL, deu um tapa na câmera do fotógrafo Alan Marques, do jornal Folha de São Paulo. Constantino ameaçou jogar uma pedra no fotógrafo e empurrou jornalistas ao chegar a delegacia da Divisão de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Civil do Distrito Federal para depor em inquérito sobre fraudes no Banco de Brasília (BRB), no qual também são investigados o ex-senador Joaquim Roriz (PMDB) e o ex-presidente do BRB Tarcísio Franklin de Moura.

Espírito Santo

Vanessa Araújo (repórter) e Antônio Come (repórter-cinematográfico) – Linhares – 12 de janeiro

Os profissionais da TV Gazeta Norte foram tratados de forma truculenta por policiais militares e obrigados a ficar de joelhos sob a mira de armas. Eles cobriam o tumulto na Penitenciária da cidade. Os policiais alegaram que eles ultrapassaram uma área de segurança.

O Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo manifestou repúdio e indignação à agressão sofrida por jornalistas da TV Gazeta Norte. Também foi pedido ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Comando da Polícia Militar, que procedesse à apuração do caso e punição dos responsáveis.

Para o sindicato, a agressão sofrida pelos jornalistas da TV Gazeta Norte não representa um fato isolado. A entidade lembrou que essas agressões não atingem apenas a categoria profissional dos jornalistas; elas se constituem em grave violação aos direitos de todos os cidadãos de serem informados sobre o que ocorre na sociedade.

A diretoria do sindicato também se reuniu com representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e informou o caso ao Ministério Público.

Maranhão

Paulo Soares – São Luís - 17 de maio

O repórter fotográfico Paulo Soares, do Jornal O Estado do Maranhão, foi agredido quando cobria a ação da Polícia Federal no momento da prisão do secretário de infraestrutura do governo do Maranhão, Nei Bello, um dos 46 envolvidos em esquema de fraudes em licitação. Segundo denúncias, Paulo Soares foi agredido com socos e empurrões. O juiz federal Nei Bello Barros Filho, filho do secretário, foi acusado pelas agressões.

A ação da PF integrava a Operação Navalha que investigou esquema de fraudes em licitações que beneficiaram principalmente a construtora Gautama, do empresário Zuleido Veras, apontado como o chefe da quadrilha. Funcionários e autoridades públicas, como o ministro Silas Rondeau (PMDB), das Minas e Energia, os governadores do Maranhão, Jackson Lago (PDT), e de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB), e o conselheiro do Tribunal de Contas de Sergipe, Flávio Conceição de Oliveira Neto, estavam sendo investigados por suposto envolvimento em atos ilícitos.

A Associação Maranhense de Imprensa (AMI) repudiou a tentativa de cercear a liberdade de imprensa e denunciou a falta de preparo de autoridades, mostrando que no momento em que tentam proibir a cobertura jornalística e intimidar, em nada contribuem para garantir o Estado Democrático de Direito. Segundo a AMI não foi a primeira vez que este juiz agrediu repórteres. A agressão foi testemunhada por vários outros profissionais. Os jornalistas também reclamaram da ação truculenta de agentes da PF que, na tentativa de dificultar a cobertura, apontaram armas para os profissionais.

Paulo Soares registrou ocorrência na polícia. Além da nota de repúdio ao cerceamento da liberdade de imprensa e solidariedade ao colega, a agressão do juiz foi levada ao conhecimento do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo da atividade judiciária. A FENAJ acompanhou o caso e colocou sua assessoria jurídica à disposição da AMI e do profissional agredido.

Mato Grosso

Pedro Ribeiro – Várzea Grande - 05 de fevereiro

O editor do jornal Pagina 12, Pedro Ribeiro, foi agredido pelo vereador Gonçalo José de Almeida. A agressão durante coletiva na Câmara dos Vereadores de Várzea Grande e presenciada por vários jornalistas. Pedro Ribeiro havia feito uma série de reportagens sobre a má gestão dos recursos públicos durante a gestão de Gonçalo José. Entre as questões abordadas estava a pintura da câmara no valor de R\$ 150 mil.

No dia seguinte a agressão, na sede da OAB, Pedro Ribeiro junto com representantes do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso distribuiu para a imprensa cópias do Boletim de Ocorrências, bem como das matérias publicadas pelo jornal. A coletiva foi acompanhada pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso, Francisco Faiad.

Minas Gerais

Cesar Campos (repórter) e Carlos Samartano (repórter-cinematográfico) – Araxá – 21 de março

A equipe da TV Sintonia foi agredida por três homens: Lélío Tarcísio Castilho, Fabiano de Paula Castilho e Lélío Tarcísio Castilho Júnior. Todos os acusados são familiares ou pessoas próximas do ex-assessor parlamentar Emílio de Paula Castilho, surpreendido com cerca de R\$ 80 mil, dinheiro de origem suspeita, e posteriormente indiciado pela Polícia Federal. A apreensão foi flagrada na rodovia que une a capital mineira ao Distrito Federal.

Segundo o Boletim de Ocorrência, às 12h45, a policial Cabo Andreína Caetano acionou o Centro de Operações da PM devido a um tumulto na região central da cidade mineira de Araxá, principal reduto eleitoral do deputado federal Aracely de Paula (PR-MG), tio de Emílio de Paula Castilho. A policial contou que passava pelo local em seu próprio carro durante o seu horário de almoço, quando viu a equipe da TV Sintonia sendo agredida.

O repórter Cesar Campos levou um forte soco no rosto e o cinegrafista Carlos Samartano teve fratura do maxilar inferior.

Ronildo de Jesus (repórter) e Marcelo Sant'ana (repórter-fotográfico) – Contagem - 23 de abril

Policiais militares do 18º Batalhão de Contagem agrediram a equipes de reportagem dos jornais, Estado de Minas/Diário da Tarde, durante cobertura de homicídio nas imediações da Ceasa. O repórter Ronildo de Jesus e o repórter-fotográfico Marcelo Sant'ana receberam voz de prisão e tiveram o material fotográfico apreendido pelo cabo Mauro. O cabo tentou ainda encobrir sua identificação na farda, gritando palavras de baixo calão, e ameaçando de represálias caso houvesse qualquer denúncia por parte dos agredidos.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais repudiou a agressão, intimidação e as ameaças promovidas por policiais militares do 18º Batalhão de Contagem, contra uma equipe de reportagem dos jornais e exigiu providências.

Pará

Lourivan Gomes – Redenção - 6 de setembro

O repórter correspondente do jornal Diário do Pará e da rádio Cultura, Lourivan Gomes, foi agredido pelo tenente identificado como Anderson dentro da delegacia. O agressor ainda tentou prendê-lo. A reação do policial foi em função de reportagens feitas por Lourivan que denunciam a existência

de policiais infratores e criminosos alvos de sindicâncias que no final inocentam os envolvidos.

O Sindicato dos Jornalistas do Pará oficializou para o comando da Polícia Militar e para a Secretaria de Estado de Segurança Pública um pedido de explicações sobre o caso, com cópia para a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Através da FENAJ, o caso foi denunciado ao Ministério da Justiça.

Paraná

Humberto Vendramel – Curitiba – 18 de outubro

O repórter-cinematográfico Humberto Vendramel, funcionário da TV Paranaense - Canal 12, da Rede Paranaense de Comunicação, afiliada à rede Globo, foi agredido pelo advogado Eldes Martinho Rodrigues. Humberto acompanhava o fechamento de um cassino clandestino, localizado no bairro Parolim, em Curitiba, com autorização da Polícia Militar.

No interior do estabelecimento, os jornalistas passaram a ser atacados verbalmente pelo advogado, que seria o representante legal de uma das frequentadoras da casa, a vereadora Nely Almeida.

Não satisfeito com as agressões verbais, o advogado chegou na sala onde estavam instaladas máquinas de videopôquer e exigiu a saída de Humberto e do cinegrafista da TV Iguazu - Canal 4 (retransmissora do SBT no Paraná). Eldes Martinho Rodrigues aproximou-se de Humberto e, simulando guardar o celular no bolso, desferiu um soco na altura do nariz do cinegrafista.

O Sindicato dos Jornalistas do Paraná denunciou o caso às autoridades competentes e pediu a cassação do registro do advogado junto à OAB/PR. Ação

do sindicato fez com que o caso repercutisse na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

O presidente da seccional paranaense da OAB, Alberto de Paula Machado, determinou a instauração de processo disciplinar contra o advogado Eudes Martinho Rodrigues.

O Sindicato dos Jornalistas também fez protestos junto à direção da emissora (Canal 12), que não divulgou o caso com o mesmo destaque que as outras duas emissoras presentes (SBT e Paraná Educativa). E esteve na Câmara de Vereadores e na Assembléia Legislativa para relatar o ocorrido e pedir providências. A entidade recebeu apoio de vários vereadores e deputados estaduais.

Rio de Janeiro

Vários jornalistas – Rio de Janeiro - 26 fevereiro

No episódio da queda de uma marquise no Hotel Canadá, em Copacabana, policiais do 19º BPM (Copacabana) agrediram jornalistas e chegaram a usar spray de pimenta.

Thais Mendes e Jornalistas – Rio de Janeiro – 30 de março

Na cobertura do assalto com reféns a uma agência bancária no Méier, jornalistas foram agredidos por policiais militares. A imprensa tinha sido autorizada pelo comandante do 3º BPM (Méier), Mauro Teixeira, a se aproximar da agência do Bradesco. Mas homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da PM tentaram impedir o acesso, inclusive com uso de um cachorro. A repórter Thais Mendes, de O Globo, e um cinegrafista do SBT, cujo nome não foi identificado pela emissora, foram feridos durante a ação. O cinegrafista do SBT foi agredido por um policial do Bope.

Repórteres que estiveram no local confirmaram que o comandante Teixeira teria pedido desculpas pelo incidente, mas revelaram que ele teria se irritado ao saber de nota que O Globo publicou relatando a agressão dos repórteres e lembrando fato semelhante durante a cobertura de uma marquise no Hotel Canadá, em Copacabana

Rio Grande do Sul

Cléber Giovane Silveira da Silva – São Gabriel – 17 de maio

O jornalista Cléber Giovane Silveira da Silva, diretor do Cenário de Notícias, foi agredido a socos e pontapés pelo vereador Luiz Augusto Souza Brasil (PMDB-RS). O político é marido da Prefeita de Santa Margarida do Sul, Cláudia Mara Goulart (PDT-RS), sobre quem o jornal publicou matérias de denúncias por improbidade administrativa.

Segundo o jornalista, durante duas semanas o vereador o interpelou por telefone, para que ele revelasse suas fontes. Diante da recusa, o vereador preparou um ataque ao jornalista. A agressão foi no momento que o jornalista abastecia o seu carro num posto de gasolina em Santa Margarida do Sul, cidade com 10 mil habitantes, vizinha a São Gabriel.

O jornalista foi agredido pelo vereador a socos e pontapés. A agressão, inclusive foi presenciada pelos funcionários do posto, que na avaliação de Cléber, já sabiam das intenções do vereador porque lá são abastecidos os veículos da Prefeitura. Segundo Cléber, em nenhum momento alguém tentou intervir ou chamar a polícia

O caso foi registrado primeiramente na Brigada Militar de Santa Margarida do Sul e depois no Distrito Policial de São Gabriel.

Rondônia

Domingues Júnior – Porto Velho - 04 de fevereiro

O jornalista Domingues Júnior, apresentador do "Fala Rondônia" da Rede TV, foi agredido por cinco homens quando chegava em casa com sua família. Os agressores armados com pistolas, o amarraram e o golpearam na cabeça e imobilizaram toda a sua família. Os bandidos escaparam roubando relógios, celulares, cartões de crédito, uma moto e um automóvel.

O apresentador suspeita que o assalto tenha sido uma vingança devido às reportagens que apresentou no programa "Fala Rondônia", com denúncias a compra de votos e de corrupção policial.

Desde dezembro do ano passado, Júnior começou a receber ameaças por e-mail. As mensagens o advertiam para que parasse de investigar os casos ou sofreria as consequências.

A Associação de Imprensa de Rondônia (AIRON) repudiou a ação criminosa e a agressão sofrida por Domingues Júnior. Também exigiu das autoridades da área de segurança do Estado, que identificassem, localizassem e prendessem os acusados. A *Federación de Periodistas de América Latina y el Caribe (Fepalc)* repercutiu a agressão sofrida por Domingues Júnior.

A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia lamentou o episódio e determinou uma investigação rigorosa com o objetivo de prender os criminosos.

Santa Catarina

Roberto Mota – Florianópolis – 8 de janeiro

O repórter-cinematográfico da Rede SC/SBT, Roberto Mota, foi agredido por um policial militar quando registrava imagens de um atropelamento ocorrido no terminal urbano do centro de Florianópolis. O repórter não respeitou o cordão

de isolamento. O jornalista Luís Prates (Notícias do Dia) registrou a agressão sofrida por Roberto Mota.

O Sindicato dos Jornalistas emitiu Nota de Repúdio contra a agressão e encaminhou o documento às Comissões de Direitos Humanos da OAB/SC e da Assembléia Legislativa, bem como à presidência da Câmara de Vereadores de Florianópolis. O SJSC também formalizou denúncia junto à Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Comunicação do Estado lembrando que ainda estavam presentes na memória dos jornalistas catarinenses as agressões realizadas por policiais militares contra os jornalistas Cláudio Silva (então trabalhando no Diário Catarinense), Nilson Lage (UFSC) e Luis Prates (Notícias do Dia), ocorridas em 2006.

São Paulo

Marcelo Zeferino – Jundiaí – 05 de janeiro

O repórter fotográfico do Jornal da Cidade, em Jundiaí, Marcelo Zeferino, foi agredido por um policial militar enquanto cobria um deslizamento de terras no bairro da Colônia, Zona Norte da cidade. O PM que não tinha identificação se aproximou de Zeferino e bateu no equipamento que ele usava para realizar o trabalho, uma máquina fotográfica de propriedade do JC, quebrando o flash e quase atingindo o jornalista.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado São Paulo levou o caso ao conhecimento do Major Telles, responsável pelo 49º Batalhão da Polícia Militar do Interior, que recebeu a queixa e prometeu abrir uma investigação para identificar a identidade do agressor

Carla Brigatto (repórter), Luiz Finotti (assistente de câmera) e Carlos Fogazza (técnico) – São Paulo - 14 de janeiro

Um grupo de funcionários da Cooperativa Transcooper, empresa proprietária do microônibus soterrado no desmoronamento da obra do Metrô de São Paulo,

agrediu jornalistas. Durante o tumulto, os repórteres filmavam as famílias das vítimas - que estavam numa base de apoio da cooperativa.

A Polícia Militar foi acionada e uma policial jogou spray de pimenta no rosto do assistente de câmera Luiz Finotti, da Rede Globo. A repórter do jornal Agora, Carla Brigatto, foi agredida por um policial. Outro jornalista foi jogado no chão e chutado por funcionários da cooperativa. O técnico da Rede Globo Carlos Fogazza teve o supercílio cortado durante o confronto.

Vários jornalistas – São Paulo – 22 de junho

Jornalistas foram agredidos durante a desocupação da Reitoria da USP (Universidade de São Paulo). As agressões foram protagonizadas por estudantes e funcionários da USP.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo manifestou seu repúdio às agressões sofridas pelos jornalistas durante a desocupação da Reitoria da USP, afirmando que os alunos e funcionários cometeram um grave equívoco ao confundir a posição de alguns veículos de comunicação com o direito dos jornalistas de exercerem sua função.

Fábio Tanaka – São Paulo – 19 de outubro

O motorista de uma Ferrari 2007, envolvido em um acidente, desferiu uma cabeçada no repórter-cinematográfico da TV Bandeirantes, Fábio Tanaka, que estava no local para cobrir a colisão. Ninguém se feriu no acidente de carro, mas o Fábio levou seis pontos na boca e registrou boletim de ocorrência.

Fábio Manzini e Robson Moura - Jundiaí – 24 de novembro

Os jornalistas Fábio Manzini, Jornal de Jundiaí; Eduardo Pereira, Jornal Bom Dia Jundiaí; e Robson Moura, Jornal Sou Mais Jundiaí, foram agredidos durante o jogo de futebol do Paulista e Ipatinga pelo Campeonato Brasileiro da série B, ocorrido no Estádio Jayme Cintra. Os jornalistas foram intimidados e

agredidos, inclusive fisicamente, pela torcida organizada do Paulista.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo repudiou a violência sofrida pelos profissionais e defendeu que a diretoria do Paulista tome providências que garantam a integridade dos profissionais jornalistas, tendo em vista que os torcedores/agressores são bastante conhecidos e têm interação com os dirigentes dessa agremiação desportiva.

O ato de violência praticada pelos torcedores, ressaltou o sindicato, não tem justificativa, principalmente pelo absurdo do argumento utilizado pelos agressores que afirmaram terem sido os jornalistas os responsáveis pelo rebaixamento do time.

3. Ameaças

Espírito Santo

Cristina Moura – Vila Velha - 20 de março

Durante um ano, três deputados estaduais capixabas - Rudinho de Souza, Euclério Sampaio e Cabo Elson - participaram, como membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembléia Legislativa, que investigava o grampeamento ilegal de telefones no Estado. Eles iniciaram o trabalho garantindo que gerariam um relatório consistente e estarrecedor sobre os fatos investigados. Em dezembro de 2006, porém, encerrada a legislatura, nenhum relatório foi apresentado.

O Jornal Século Diário obteve as atas das reuniões da CPI, compilou e organizou todas as informações nelas contidas e divulgou numa série de matérias assinadas pela repórter Cristina Moura. A jornalista foi ameaçada de morte por meio de telefonema anônimo, após a publicação da série de reportagens sobre a CPI do Grampo.

O Sindicato dos Jornalistas do Estado Espírito Santo junto com a FENAJ denunciou o caso ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público Federal; a órgãos de direitos humanos internacionais, à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Em dezembro de 2006, o sindicato já havia protocolado uma Ação Civil Pública contra o governo do Estado e a operadora de telefonia celular Vivo.

Mato Grosso do Sul

Lucyana Cabral (repórter) e Waldemir Barbosa (repórter fotográfico) – Campo Grande – 26 de março

A equipe de reportagem do Jornal Última Hora foi recepcionada com truculência por guardas municipais, quando tentava realizar uma matéria sobre o surto de dengue que atinge a cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul (MS). Os Guardas municipais tentaram tomar o equipamento fotográfico do repórter e também ameaçaram os jornalistas.

Paraná

Tiago Recchia – Curitiba - 18 de janeiro

O cartunista Tiago Recchia foi ameaçado de morte por telefone após charge publicada no jornal Gazeta do Povo, na edição do dia 18 de janeiro, que fazia referencia a relação entre o presidente do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Paranaense, Mário Celso Petraglia, e o atacante Dagoberto, jogador de seu clube.

O Sindicato dos Jornalistas do Paraná afirmou que o dirigente esportivo ligou para o telefone de Tiago e teria feito a ameaça. A entidade repudiou a atitude e exigiu a sua imediata retratação. "Alertamos que as ameaças não representam uma ofensa apenas a Tiago Recchia, mas acima de tudo à liberdade de imprensa - preceito básico para a existência da democracia", afirmou a direção do Sindicato.

Santa Catarina

Adelmo Luiz Müller - Jaraguá do Sul – 20 de dezembro

O editor do Jornal Absoluto, Adelmo Luiz Müller, recebeu telefonemas anônimos que o ameaçavam de morte. Ele também denunciou que foi perseguido por um carro conduzido por homem armado. As Polícias Militar e Rodoviária Federal constataram que veículo estava com placa clonada. Segundo o jornalista, as ameaçadas foram devido às denúncias publicadas no Jornal Absoluto envolvendo pistoleiros.

4. Detenção e tortura

Pará

Célia Pinho (repórter) e Edílson Matos (repórter-cinematográfico) – Belém – 25 de abril

O policial federal, identificado como Alessandro Dantas de Oliveira, agrediu e deu voz de prisão à equipe da TV Record em Belém, formada pelos jornalistas Edílson Matos, repórter-cinematográfico, e Célia Pinho, repórter, além do motorista Marcelo Silva. O policial é acusado de matar um assaltante, em frente ao colégio Grão Pará, no bairro do Marco, na capital paraense, onde a equipe repercutia o caso quando foi presa e teve seu equipamento de reportagem danificado.

A FENAJ e o Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA) repudiaram a atitude do policial federal, a qualificando como abuso de poder e como um atentado à liberdade de imprensa. As entidades também condenaram o tratamento desrespeitoso dado aos profissionais e solicitaram explicações e providências

ao delegado geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda. O caso também foi denunciado ao Ministério da Justiça.

Pernambuco

Alexandre Severo – Recife – 6 de julho

O repórter-fotográfico do Jornal do Commercio, Alexandre Severo, registrava uma ação conjunta das Polícias Militar e Federal, no bairro da Madalena, no Recife, quando foi detido, levado à Polícia Federal. Ele teve seu celular apreendido, apesar de ter se identificado. Após sua liberação, Severo recebeu seu celular danificado e com as fotos do flagrante apagadas.

Em nota divulga, o Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco protestou contra a atuação de policiais militares do estado, afirmando que tinham ferido a liberdade de imprensa. O sindicato reivindicou a Polícia Militar a reparação do abuso cometido.

Rondônia

Luiz Alexandre – Porto Velho - 10 de dezembro

O jornalista Luiz Alexandre foi impedido de deixar o Banco do Brasil (BB) - Agência das Nações Unidas - e acabou conduzido para a Central de Polícia. A detenção se deu após ter reclamado da demora no atendimento e feito algumas fotos dos caixas fechados e do único que estava funcionando. Ao ver o jornalista tirar as fotos, um dos funcionários ligou para a Polícia Militar. Ele foi levado para a delegacia em uma viatura e só foi liberado após ser ouvido pelo delegado de plantão.

5. Censura e processos judiciais

Alagoas

Ricardo Noblat – Alagoas – 11 de outubro

O presidente afastado do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB/AL) processou o jornalista Ricardo Noblat com base nos comentários contidos em seu blog e reproduzidas no jornal O Globo. A Ação por danos morais contra Noblat foi ajuizada na 14ª Vara Civil de Alagoas.

O advogado de Renan, José Fragoso Cavalcanti, disse que além da indenização por danos morais, a ação visava à publicação da sentença no blog do jornalista. Afirmou também que a assessoria do presidente estava fazendo um estudo sobre matérias publicadas em outros veículos, que também podiam ser alvos de ações.

Amapá

Alcinea Cavalcante, Correa Neto e Luciana Capiberibe – Macapá – 7 de fevereiro

Os jornalistas Correa Neto, Alcinea Cavalcante e Luciana Capiberibe foram alvo de queixa-crime movida pelo desembargador Honildo Amaral de Melo Castro, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. O motivo: Alcinea fotografou a obra de um prédio suntuoso para os padrões amapaenses, de propriedade do desembargador e publicou no seu blog. Os jornalistas Correa Neto e Luciana Capiberibe republicaram a foto nos seus blogs, avaliando a obra em dois milhões de reais e observaram que o salário do desembargador não daria para custeá-la.

A FENAJ acompanhou de perto o caso, enviando representante à capital amapaense que, inclusive, participou de reuniões com autoridades e fez denúncias. A Federação emitiu nota de solidariedade aos profissionais e denunciou o caso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e entidades de defesa dos Direitos Humanos.

Bahia

Vários jornalistas – Salvador – 21 junho

O prefeito de Salvador, João Henrique, (PMDB) proibiu judicialmente a rádio, site, blog e revista Metrópole de citar seu nome. Caso desrespeite a decisão, a empresa deve pagar R\$ 200 mil de multa de acordo com decisão da 2ª Vara Cível, Silvia Lúcia Bonifácio Andrade Carvalho.

João Henrique acionou a Justiça após publicação da primeira edição da Metrópole, distribuída gratuitamente, que usou uma caricatura do prefeito na capa e falou sobre a atuação dele na prefeitura.

Ceará

8 de junho - A cidade de Santana do Acaraú (CE) ficou sem energia elétrica no momento que o programa Fantástico, da Rede Globo, exibia denúncias de corrupção em licitações feitas pela prefeitura. Os 25 mil moradores de Santana do Acaraú não conseguiram assistir à reportagem. De acordo com a companhia energética do Ceará, o corte de energia foi causado por um ato criminoso. Um curto-circuito deixou a cidade sem luz por mais de uma hora.

Espírito Santo

Nestor Muller – Linhares – 6 de fevereiro

O jornalista Nestor Muller foi indiciado pela Polícia Militar do Estado por ter contrariado as normas administrativas militares. O objetivo da sindicância foi apurar o teor da reportagem veiculada no jornal A Gazeta, no dia 30 de setembro de 2006. A denúncia sobre a sindicância chegou ao Sindijornalistas-ES de forma anônima, pelo site do sindicato e foi confirmada pelo repórter.

O comando da PM alega, no documento, que o fotógrafo tirou fotos sem autorização dos alunos do Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA). Segundo consta ainda no documento, o repórter de A Gazeta não teria obtido autorização para fazer as fotos de dentro do Quartel da PM e fez seu trabalho da rua.

A sindicância instaurada concluiu que há indícios de prática de crime de natureza militar por parte do fotógrafo Nestor Muller, por ter contrariado as normas administrativas militares. Diante dessa conclusão, o comando da PM decidiu encaminhar os autos ao Ministério Público Militar Estadual.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo reagiu à sindicância da PM. Em documento intitulado "Público x Privado: eterna confusão", o sindicato denunciou que faltam aos agentes públicos capixabas conhecimento constitucional, transparência e vontade política de colocar em prática este aprendizado.

Mato Grosso

Antônio Francisco de Souza – Cuiabá – 19 de setembro

O jornalista Antônio Francisco de Souza, repórter do Diário de Cuiabá, foi condenado a pagar R\$ 50 mil por danos morais causados à Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo. A decisão é da juíza Gleide Bispo Santos, da 9ª Vara Cível de Cuiabá (MT). O jornal, por sua vez, foi obrigado a publicar a íntegra da sentença na mesma página da reportagem.

Mesmo o Diário de Cuiabá sendo condenado a pagar a indenização por danos morais, a juíza determinou que o jornalista deveria ressarcir a empresa pela indenização por ser o responsável pelo que foi escrito.

Mato Grosso do Sul

Vários jornalistas – Campo Grande – 13 de dezembro

O juiz substituto Adriano da Rosa Bastos, da 1ª Vara Criminal de Campo Grande encaminhou ofício a alguns veículos do Mato Grosso do Sul vedando a divulgação de qualquer informação relativa ao processo de Douglas Igor da Silva Fernandes, acusado de cinco estupros e já réu em outros processos.

O ofício, que frisa a proibição de divulgação das datas de audiência, foi enviado à TV Campo Grande, afiliada do SBT, e aos sites noticiosos Campo Grande News, Midiamaxnews, Noticias MS, Aqui TV e Portal MS. Os jornais Correio do Estado e Estado de MS e a TV Morena não receberam o documento, que define a pena de desobediência, segundo artigo 330 do Código Penal, para noticiar fatos relativos à ação.

Minas Gerais

Vários jornalistas – Belo Horizonte – 19 de dezembro

A Justiça de Minas Gerais proibiu, em decisão liminar, o Jornal Mosaico de Itabira de publicar e divulgar matérias “inverídicas” ou imagens do prefeito João Izael Querino Coelho e sua equipe de governo.

Em nota oficial, A FENAJ afirma que não pode concordar, mesmo que amparado em dispositivo legal com o princípio da censura prévia. E ressaltou que o Prefeito de Itabira e sua equipe, como todo cidadão brasileiro, têm todo direito de buscar reparações por prejuízos à imagem ou a danos materiais provocados por ação da mídia. Mas é preocupante que a Justiça, como vem ocorrendo em diversos casos, banalize, no estado de direito, o retorno do nefasto instituto da censura prévia.

Para a FENAJ, a decisão também é redundante e autoritária porque nenhum veículo ou profissional de imprensa deve apurar, publicar e divulgar informações reconhecidamente falsas ou inverídicas. É ilegal e, principalmente, antiético.

Pará

Nyelsen Martins – Belém – 12 de abril

O jornalista Nyelsen Martins, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), foi indiciado, por ter realizado reportagem denunciando a pistolagem e os crimes de encomenda no território paraense, pelo delegado da Polícia Civil do município de Anapu (PA), Lindoval Borges,

A FENAJ e o Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA) repudiaram, em nota, a atitude do delegado da Polícia Civil do município de Anapu, Lindoval Borges.

Para a FENAJ e o Sinjor-PA, com este comportamento, o delegado não apenas comete um ato arbitrário contra o exercício profissional do Jornalismo, garantido na Constituição Brasileira, mas principalmente uma grave inversão de valores, fazendo com que aqueles que denunciam um crime se tornem culpados, respaldando a violência e a impunidade no País.

Em nome dos jornalistas brasileiros, a FENAJ e o Sinjor-PA também pediram que as autoridades competentes do Estado do Pará, em especial a Superintendência da Polícia Civil, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Justiça, e a governadora Ana Júlia Carepa dêem a atenção que o caso merece para reverter este indiciamento incabível, como também investiguem as denúncias feitas na reportagem do jornalista.

O indiciamento do jornalista também motivou a apresentação de moção na Assembléia Legislativa do Pará. O documento também cobrou providências da Superintendência da Polícia Civil, das Secretarias de Segurança Pública e Justiça e do Governo do Estado; além da reversão do indiciamento do jornalista, como também investigação das denúncias feitas na reportagem do jornalista.

José Maria Piteira – Monte Alegre – setembro

O jornalista José Maria Piteira foi processado pelo madeireiro Juvenal Piovezan Ribas, de Monte Alegre, com base na Lei de Imprensa, após a publicação da reportagem "Madeira devasta Floresta do Paru", em O Liberal, no dia 01 de setembro de 2007.

Paraná

Luiz Fábio Campana e Jornalistas – Curitiba - 12 de abril

Seguindo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Terceira Turma reforçou o entendimento de que jornalistas-editores também respondem pelos danos causados pela publicação de matérias jornalísticas ofensivas.

O assunto foi decidido por unanimidade no recurso apresentado pelo ex-diretor de redação do jornal Correio de Notícias (PR) Luiz Fábio Campana contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que decidiu em favor do procurador-geral do município de Curitiba à época, Giovani Gionedis. O procurador moveu processo de reparação de danos e responsabilidade civil contra o jornalista por ofensa à honra.

A Terceira Turma não aceitou o argumento do jornalista de que não possuía qualquer gerência sobre os artigos publicados por estar subordinado ao diretor e editor-chefe do jornal. Ao contrário, os ministros ratificaram a decisão do Tribunal local de que "o diretor de redação ou editor é responsável pelos danos decorrentes das reportagens sobre as quais detenha a capacidade de vetar ou interferir, no ofício de zelar pela linha editorial do jornal, ainda que subscritas por outros jornalistas".

Piauí

Clóvis Barata, Nilso Sá e Pires Sabóia – Teresina – 28 de abril

Os jornalistas Clóvis Barata, Nilso Sá e Pires Sabóia tiveram que depor na Polícia Federal e prestar esclarecimentos sobre matérias publicadas no jornal Folha de Teresina.

O Sindicato dos Jornalistas do Piauí emitiu nota de repúdio contra a ação da Polícia Federal no estado. Para a entidade a atitude da PF caracterizou censura, intimidação e ameaça à liberdade de imprensa.

Rio Grande do Sul

Leandro Behs – Porto Alegre – 17 de maio

Em entrevista ao repórter Leandro Behs, publicada na edição da *Zero Hora*, o goleiro Clemer teria atribuído sua perda de posição ao vice-presidente de futebol do Internacional, Giovanni Luigi. No entanto, no dia seguinte, a informação foi desmentida. O jornalista foi informado de que estava proibido de entrevistar qualquer jogador do Inter e que o clube exigia uma retratação da parte dele.

São Paulo

Juliano Gasparini e Jornalistas – Vinhedo – 16 de junho

Após uma série de matérias denunciando a prefeitura de Vinhedo, ex-diretor jurídico da administração municipal, Paulo Cabral, entrou em contato com Juliano Gasparini, diretor da *Folha de Vinhedo*, com interesse em fazer denúncias contra a prefeitura. Conversas entre os dois foram gravadas em fita por Gasparini, que também registrou em DVD um encontro entre eles e o vereador Toninho Falsarela (PSB) em um hotel de Campinas.

De posse de denúncias contra membros da prefeitura e do judiciário local, o jornalista reteve as informações para confirmá-las. Neste meio tempo Cabral

recuou em seu posicionamento e divulgou um documento afirmando que estava alcoolizado no momento em que realizou as denúncias.

A juíza Ana Lúcia Xavier Goldman, da 1ª Vara Cível de Jundiaí (SP), determinou em 01/06 que três nomes citados – dos promotores Rogério Sanches Cunha e Osias Daudt e do juiz Herivelto Araújo Godoy – não poderiam ser publicados pelo jornal para não "macular a credibilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público de Vinhedo". Além disso, uma multa de R\$ 500 mil seria aplicada ao veículo por cada publicação e por cada dia de veiculação da matéria.

Oficiais de justiça foram à redação do jornal para notificar que os nomes não deveriam ser publicados. Acompanhados de policiais, os oficiais possuíam autorização para entrar na redação e recolher seu material, se necessário. O jornal se comprometeu a não publicar os nomes.

Por determinação judicial, a edição de 16/06 da *Folha de Vinhedo* trouxe borradas fotos e omitiu nomes de quatro envolvidos em denúncias de corrupção na prefeitura da cidade.

Vários jornalistas – São Paulo - 18 de setembro

O juiz Alexandre Augusto Pinto Moreira Marcondes, da 12ª Vara Cível de São Paulo, proibiu a Rede Record de Televisão de transmitir qualquer imagem ou voz do promotor de Justiça Thales Ferri Schoedl, em que fossem mostradas situações de sua vida privada. Schoedl foi acusado de matar um rapaz e ferir outro, em dezembro de 2004. O crime aconteceu em Riviera de São Lourenço, condomínio de classe média alta em Bertioga, no litoral paulista. A emissora recorreu, mas a decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça paulista.

José Nêumane Pinto – São Paulo – 30 de agosto

O jornal *O Estado de S. Paulo* e o jornalista José Nêumane Pinto foram condenados a pagar, cada um, 50 salários mínimos, para o deputado federal Paulo Maluf. Motivo: o jornalista escreveu editorial lamentando que o voto

direto "não tenha livrado o Brasil de pragas como Maluf". Também foram usados os adjetivos "corrupto", "incompetente" e "irresponsável" para classificar a atuação de Maluf na administração de São Paulo.

A decisão é do Tribunal de Justiça de São Paulo, confirmada pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. A condenação, se calculada no valor do salário mínimo vigente, chega a R\$ 380 mil - paga solidariamente pelo jornalista e pela empresa, fora juros e correção.

A defesa do jornal já entrou com Recurso Extraordinário no Supremo Tribunal Federal. A peça foi admitida e discute a questão de liberdade de imprensa.

Juca Kfourri – São Paulo – 26 de dezembro

A Juíza Tônia Yuka Kôroko, da 13ª Vara Cível da Comarca da Capital de São Paulo, proibiu o jornalista José Carlos Kfourri de publicar em seu blog no UOL textos que possam ser considerados ofensivos ao Deputado estadual Fernando Capez (PSDB), sob pena de multa de R\$ 50 mil se não observar essa restrição.

Kfourri entrou mandado de segurança argumentando que a decisão da Justiça representava censura ao ferir a liberdade de expressão do jornalista. Mas o desembargador Luiz Antônio de Godoy negou o pedido para que a liminar fosse cassada. Argumentou que o jornalista era "experiente o suficiente para não ofender o deputado".

O jornalista voltou a recorrer da sentença. A liminar foi cassada, no dia 19 de fevereiro de 2008, pelo voto de três desembargadores a zero no Tribunal de Justiça de São Paulo.

6. Atentados

Minas Gerais

Henrique Higino – Belo Horizonte - 5 de agosto

Dois tiros de revólver calibre 38 foram disparados contra a residência do jornalista Henrique Higino, repórter do Alfenas Hoje. Os disparos foram efetuados às 6h15min da manhã contra uma porta de vidro da casa, localizada no Bairro Vila Betânia. Uma das balas provocou um rombo na parede da sala e outro atingiu o quarto onde dormiam duas adolescentes. Ninguém na residência se feriu.

Rondônia

Edivaldo Gomes - Ji-paraná – 28 de março

A casa do jornalista e apresentador Edivaldo Gomes foi alvo de um atentado a bomba. O explosivo foi jogado de madrugada contra a residência dele, no bairro Parque São Pedro, 1º Distrito de Ji-Paraná.

Vários jornalistas - Ji-paraná – 26 de abril

Uma bomba e cinco tiros foram disparados contra o prédio do canal de televisão Rede Vida, no bairro Parque São Pedro em Ji-Paraná. Segundo o diretor de Jornalismo da Rede Vida, Alessandro Lubiana, que apresenta o programa Rede Vida Notícias, o atentado teria ligação com a linha de jornalismo da TV. Aconteceu após a cobertura, pela emissora, da operação realizada pela Polícia Federal sobre a apuração dos fatos que culminaram na cassação do senador Expedito Júnior (PR/RO) e na prisão de Agenor Vitorino de Carvalho (Japa), motorista do deputado estadual Euclides Maciel (PSL/RO).

O Sindicato dos Jornalistas de Rondônia protestou contra a violência envolvendo profissionais da imprensa e denunciou outros atentados. A entidade exigiu uma maior atuação do Governo do Estado, Ministério Público e Tribunal de Justiça.

Um dossiê contendo toda a documentação sobre o atentado sofrido pela Rede Vida de Televisão foi encaminhado ao superintendente da Polícia Federal de

Porto Velho, capital do Estado. Registros de ocorrências policiais e gravações de ameaças pelo telefone sofridas por profissionais da emissora foram anexados ao documento.

7. Desrespeito ao Sigilo de Fonte

Pará

Paulo Leandro Leal e José Edson Portela – Santarém – 29 de novembro

O jornalista Paulo Leandro Leal foi intimado pela Polícia Federal para esclarecer como conseguiu ter acesso ao teor de uma conversa telefônica em que o secretário de planejamento de Santarém, Everaldo Martins Filho, foi flagrado tentando obrigar a secretária municipal de Finanças, Rosilene Evangelista Peloso, a fornecer uma certidão negativa de débito falsa a uma empresa do município.

A gravação também foi usada em reportagem veiculada na TV Ponta Negra (SBT). O jornalista José Edson Portela (Ed Portela) autor da matéria também foi intimado pela Polícia Federal.

O Sinjor-PA acompanhou o caso, mas não se manifestou publicamente a pedido de uma das vítimas.

8. Violência contra a organização sindical

Aloísio Coutinho (Blau) – Fortaleza – 13 de setembro

O diretor do Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce), Aloísio Coutinho, o Blau, foi demitido do Sebrae. O motivo alegado pela empresa para efetivar a demissão de Coutinho seria o fato de ele não ser um empregado do Sebrae, mas de uma empresa terceirizada, de nome Serval.

Em nota, o Sindjorce se posicionou contra a demissão de Aloísio Coutinho e, declarou que adotará medidas para garantir os direitos do dirigente sindical "demitido à revelia da Constituição Federal".

A Diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) enviou ofício ao superintendente do Sebrae Ceará, Carlos Cruz protestando contra a demissão do dirigente do Sindjorce. No ofício, a entidade solicitou da Superintendência a revisão do ato de demissão, impossibilitando, assim, que se consolide uma ação agressora à legislação e, em especial, à liberdade de imprensa

COBERTURA DE RISCO

Distrito Federal

Amauri Ribeiro Júnior – Cidade Ocidental - 19 de setembro

O repórter Amauri Ribeiro Júnior, do jornal *Correio Braziliense*, baleado na Cidade Ocidental enquanto fazia matéria sobre a violência no entorno de Brasília. Ele foi atingido por um tiro na virilha.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal emitiu nota se solidarizando com a vítima e reiterando a proposta de realização de seminário sobre a segurança da profissão de jornalista no Distrito Federal, envolvendo o sindicato patronal e a Secretaria de Segurança do DF.

A FENAJ manifestou seu veemente repúdio ao atentado contra o repórter Amauri Ribeiro Júnior e exigiu das autoridades imediata e rigorosa apuração do ocorrido, com punição exemplar dos responsáveis. Também alertou a empresa sobre a necessidade de adotar medidas que assegurem a saúde e a vida dos jornalistas em coberturas de risco.

O secretário de Segurança Pública de Goiás, Ernesto Roller, afastou a hipótese de tentativa de roubo e confirmou que o caso se tratava de um atentado. Quatro dos cinco suspeitos de envolvimento no atentado contra o jornalista foram presos. Dois deles são menores. Os demais foram encaminhados para o Centro de Detenção Provisória (CPD), na 5ª Regional de Luziânia.

Santa Catarina

Elisandra Lucotti e Evandro Troian (jornalistas) Valdir Lucas Rúpulo (radialista) – Florianópolis – 10 de outubro

A repórter Elisandra, da Folha d´Oeste; o repórter-cinematográfico Evandro, da RBS e o locutor Valdir Rúpulo, da Rede Peperi, foram atropelados por um caminhão que, desgovernado, atingiu também policiais e bombeiros que atendiam as vítimas de um choque frontal entre um ônibus e um caminhão, ocorrido momentos antes. Além dos três trabalhadores da imprensa, o acidente causou a morte de outras 23 pessoas e mais de 90 feridos.

O Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC), juntamente com FENAJ, manifestou o pesar pela morte dos profissionais e ressaltou que tragédia como

esta, expõe os riscos que envolvem as atividades dos jornalistas na busca da informação.

São Paulo

Hélio Rodrigues (repórter-cinematográfico), Marcelo Hespaña (repórter) e Felipe Bezerra (auxiliar-técnico) – Taubaté – 28 de novembro

O repórter cinematográfico Hélio Rodrigues morreu ao ser atingido por uma descarga elétrica enquanto a equipe se preparava para entrar ao vivo no programa "Vanguarda TV Bom Dia", em um link armado em frente ao pronto-socorro municipal. O repórter Marcelo Hespaña e o auxiliar-técnico Felipe Bezerra também foram atingidos, mas saíram ilesos.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo lamentou o trágico acidente de trabalho que matou o repórter cinematográfico e ressaltou que o episódio mostra a importância das preocupações com a segurança, que envolvem desde as condições de trabalho, equipamentos, treinamento, enfim, uma série de fatores que não podem ser negligenciados. Atenção esta que, legalmente, é uma responsabilidade da empresa. O Sindicato cobrou das autoridades a causa exata do acidente. E colocou a instituição à disposição da família da vítima.

DESDOBRAMENTOS DE CASOS ANTIGOS

São Paulo

Bruno Kauffman Abud – Ribeirão Preto – 11 de outubro

A Rede Globo é condenada pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo a pagar indenização de R\$ 109 mil, mais multa por litigância de má-fé, à família do repórter Bruno Kauffman Abud, que morreu, em 2004, vítima de acidente de trânsito durante o trabalho. A relatora da ação, juíza Jane Granzoto Torres da

Silva, manteve a indenização por dano moral e a multa determinadas pela primeira instância.

Era o próprio repórter quem dirigia o carro até o local das reportagens. No dia do acidente, o repórter voltava de Barretos para Ribeirão Preto, no interior de São Paulo.

Os pais entraram com a ação de indenização com o argumento de que sofreram com a perda do filho e que a culpa pelo acidente foi da empresa, que não fornecia motorista profissional para transportar o repórter.

Vários jornalistas – Ribeirão Preto - 26 de novembro

O jornal *O Estado de S.Paulo* foi condenado a pagar cerca de R\$ 563 mil por danos morais ao advogado Brasil do Pinhal Pereira Salomão, que atua na cidade de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. A decisão do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do Supremo Tribunal Federal, considera ainda que o limite indenizatório imposto pelos artigos 51 e 52 da Lei 5.250/67, Lei de Imprensa, estão revogados pela promulgação da atual Carta Magna.

A matéria que motivou a ação foi veiculada no dia 30 de maio de 1997, no caderno de "Política", sob o título "Advogado causa polêmica em Ribeirão Preto" e subtítulo "Fundador do PT, Brasil Salomão deu parecer em que teriam causado prejuízo à prefeitura".

Em sua defesa, o jornal alegou que apenas reproduziu as informações fornecidas pelas fontes entrevistadas. No julgamento em 1ª instância, ocorrido em abril de 1998, a juíza Maria Silvia Gomes Sterman deu ganho de causa ao advogado. A empresa recorreu.

Após perder a causa no Tribunal de Justiça de São Paulo e no Superior Tribunal de Justiça, o jornal recorreu ao Supremo Tribunal Federal, reclamando também do valor da condenação, que corrigida chegou a R\$ 563.926,02,

correspondente ao valor inicial requerido, somado às correções monetárias e juros. Pela sentença, o *Estadão* também foi obrigado a publicar a sentença completa da 1ª instância do processo em suas páginas.

Mato Grosso

André Luiz da Costa Felipe – Campo Grande – 26 de novembro

Dois soldados do Exército foram condenados a 25 anos e seis meses de reclusão, por latrocínio, pelo juiz Ivo Salgado da Rocha, da 3ª Vara Criminal de Campo Grande. Ambos eram acusados de roubar e matar o jornalista André Luiz da Costa Felipe, 25 anos.

Dois acusados de receptar as peças do carro de André Luiz da Costa Felipe, também foram condenados a um ano e seis meses de reclusão por receptação das peças retiradas do veículo da vítima.

André Felipe foi assassinado no dia 04 de fevereiro de 2006, em Campo Grande, com cinco tiros na cabeça. À época, o jornalista trabalhava como diretor de jornalismo da rádio Mega 94 e da Cultura AM.

Santa Catarina

Vários jornalistas – Florianópolis – 25 de maio

Por entender que um Mandado de Segurança tinha o objetivo de censurar previamente a imprensa, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou o pedido para proibir a divulgação de dados da Operação Moeda Verde. A proibição de divulgação foi requerida pela defesa de um dos suspeitos presos durante a operação da Polícia Federal, em Florianópolis.

A Operação Moeda Verde foi deflagrada pela Polícia Federal. As investigações começaram após denúncia de irregularidade no empreendimento imobiliário Il Campanario, em Jurerê Internacional, norte da Ilha de Santa Catarina. A

operação aponta para a negociação de licenças ambientais entre empresários, políticos e funcionários públicos.

2008

1. Assassinatos

Alagoas

Walter Lessa – Maceió - 5 de janeiro

O repórter cinematográfico Walter Lessa de Oliveira foi assassinado em um ponto de ônibus, em plena via pública.

Embora o caso não tenha relação com o exercício da profissão, de acordo com a conclusão da polícia, o Sindicato dos Jornalistas de Alagoas emitiu nota denunciando o quadro de insegurança no Estado. No período, a polícia civil estava em greve há quase cinco meses.

Este caso não foi contabilizado nas estatísticas deste relatório.

2. Agressões Físicas e Verbais

Bahia

Equipe da TV Educativa (TVE) – Salvador - 05 de outubro

Uma repórter e um cinegrafista da TV Educativa (TVE), ligada à Secretaria de Cultura da Bahia, acompanhavam as votações no bairro de Periperi, subúrbio da capital baiana, quando ouviram um barulho que parecia ser um tiro. Dirigiram-se ao local com o carro da emissora. Segundo a Coordenadora de Jornalismo da TVE, Cintia Campos, o cinegrafista flagrou um grupo de policiais agredindo eleitores que supostamente estariam fazendo boca de urna. Ao

perceber que a cena estava sendo gravada, o tenente Marcelo Moura teria exigido a destruição da fita. Enquanto o cinegrafista tentava dialogar, o tenente jogou o equipamento no chão e disparou seis tiros contra a câmera.

Outros fatos de violência marcaram as eleições na Bahia. O Sindicato dos Jornalistas do Estado divulgou nota repudiando agressões e impedimentos ao livre exercício do jornalismo, praticado por candidatos e pela polícia em algumas cidades da Bahia. Na nota, a entidade alerta para não se misturar o trabalho dos profissionais com os interesses dos donos da mídia.

Ceará

Wellington Macedo – Sobral – 22 e 23 de abril

O repórter-fotográfico, a serviço do jornal da Prefeitura de Sobral, estava designado pela Secretaria de Habitação do Município para fotografar duas noivas que desfilaram com vestidos confeccionados com material reciclável foi expulso do 1ª Noivas e Festas de Sobral. A coordenadora do evento alegou que o fotógrafo não era bem vindo à feira de noivas, que não havia sido convidado e que o evento já tinha um fotógrafo exclusivo. Na segunda noite do evento Wellington Macedo voltou levando uma liminar. Apesar de o documento lhe dar direito de acesso, Wellington Macedo foi ofendido com palavrões e novamente cercado por seguranças na tentativa de intimidá-lo, Macedo ainda foi agredido fisicamente e durante todo o evento passou pelo constrangimento de ser acompanhado de perto por cinco seguranças que o proibiam de fotografar seguindo ordens da coordenadora do evento.

Marcos Peixoto e Gustavo Pelizon – Fortaleza – 22 de abril

No mesmo dia 22, em Fortaleza, os jornalistas, que cobriam o primeiro dia de greve dos trabalhadores da construção civil, denunciaram ao Sindjorce ter sido agredidos verbalmente pelos grevistas. Segundo relato, Pelizon teria sido ameaçado de agressão física ao tentar fotografar as ações dos manifestantes

durante os piquetes.

De acordo com Marcos Peixoto, um diretor não identificado do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil teria incitado os manifestantes contra os jornalistas informando que a equipe de reportagem do Diário do Nordeste estaria "a serviço dos patrões".

A Diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce) lamentou que episódios como esses ainda povoem o cotidiano dos jornalistas com tanta frequência e defende que o cerceamento ao livre exercício profissional seja repudiado com veemência por todos os cidadãos que acreditam viver em sociedades efetivamente democráticas, nas quais todos os trabalhadores, sem distinção, devem ter asseguradas condições mínimas de segurança, respeito e dignidade para o pleno exercício profissional.

Distrito Federal

Sérgio Gobetti – Brasília – 18 de dezembro

O repórter Sérgio Gobetti, do jornal O Estado de São Paulo, foi agredido na Câmara dos Deputados, em Brasília. O jornalista tentava entrar no plenário para acompanhar a votação do orçamento geral da União, quando foi abordado por um segurança com o argumento de que ele não tinha crachá de identificação visível. Agarrado pelo pescoço, Gobetti foi solto por interferência de outros jornalistas e do deputado Chico Alencar. As imagens da agressão foram exibidas pelo Portal Terra e mostram a truculência do segurança.

A Diretoria Geral da Câmara dos Deputados determinou a apuração dos fatos e abertura de ocorrência policial.

A FENAJ e os sindicatos dos Jornalistas de São Paulo e do Distrito Federal se solidarizaram com o jornalista, repudiaram o ato de violência cometido dentro

do Congresso Nacional, e exigiram que a presidência da Câmara tomasse providência enérgicas contra o agressor.

Maranhão

Décio Sá – São Luís – 07 de maio

O jornalista do Estado do Maranhão estava no Palácio do Governo estadual cobrindo a visita do Presidente venezuelano Hugo Chávez, quando foi ameaçado de levar “murros na cara” pelo Deputado Ribamar Alves (PSB-MA). Ribamar Alves ameaçou Décio Sá devido a uma reportagem em que o jornalista, com base em informações oficiais emitidas pelo delegado da Polinter do Piauí, noticiou que “uma quadrilha que roubava tratores e caminhões tinha sede na cidade de Santa Inês (MA)”. De acordo com o texto de Décio, havia “um Deputado federal e um estadual envolvidos no caso”. O município de Santa Inês é reduto eleitoral de Ribamar Alves, que entendeu que seria ele o deputado citado na matéria.

O episódio foi presenciado por deputados e profissionais da imprensa.

Mato Grosso

Pedro Alves – Cuiabá – 31 de outubro

Quando tentava fazer uma foto para ilustrar uma matéria sobre a inadimplência em escolas privadas, o repórter fotográfico do jornal Diário de Cuiabá foi abordado com truculência por um segurança do colégio Salesiano São Gonçalo que tentou tomar sua máquina fotográfica e apagar as fotos de um dia inteiro de trabalho. O segurança, ainda, solicitou a identificação do fotógrafo, prontamente Pedro apresentou a carteira da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), que tem validade em todo o território nacional, inclusive podendo substituir a carteira identidade. Porém o segurança disse que aquele

documento não tinha valor algum.

Por fim, o segurança deu ordem de prisão a Pedro, que foi cercado por mais dois seguranças. O fotógrafo foi levado a uma sala e detido por cerca de meia hora. Após intervenções de um colega, que já atuou como assessor de imprensa no Colégio, o fotógrafo foi liberado. Alves registrou boletim de ocorrência.

O Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (Sindjor-MT) manifestou seu repúdio à conduta do colégio em permitir que funcionários coloquem trabalhadores da comunicação em situação vexatória e humilhante, por impedir um trabalhador de exercer sua profissão e por não respeitar a entidade que representa a categoria dos jornalistas nacionalmente.

Pernambuco

Wilson Firmo – Recife – 30 de maio

O repórter do jornal Tribuna Popular foi agredido por um capitão da Polícia Militar quando cobria um ato de protesto de diversas categorias de trabalhadores. Na repressão, o repórter Wilson Firmo foi, inicialmente, empurrado pelo capitão de nome Vieira, que em um segundo ataque forçou o cassetete sobre a garganta do jornalista e, por último, partiu para cima do profissional, atingindo o seu celular e danificando-o com a queda ao chão. Boletim de ocorrência foi registrado na delegacia local.

O Sindicato dos Jornalistas do Estado de Pernambuco (SinjoPE) se solidarizou com o profissional, protestou contra o despreparo do oficial e pediu a sua punição pelos seus superiores e a reparação do dano material causado ao jornalista.

Rio Grande do Sul

Graciliano Rocha – Porto Alegre – 26 de outubro

Ao chegar à entrevista coletiva do prefeito reeleito, José Fogaça, o jornalista foi ameaçado por um militante que reclamou de uma reportagem publicada pela Folha de São Paulo no sábado anterior. Após a coletiva e depois que Fogaça se dirigiu à rua para falar para a militância, Rocha levou um soco no rosto do militante que o havia ameaçado, caiu e levou pontapés dele e de mais dois militantes da campanha, a violência só acabou após a chegada de mais jornalistas e de integrantes da cúpula do PMDB. O repórter registrou ocorrência no 10º Distrito Policial e passou por exame de corpo de delito.

O Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul repudiou o fato e cobrou das autoridades a apuração do caso, a identificação e a punição dos envolvidos nas agressões.

Rondônia

Paulo Andreoli – Porto Velho – 28 de maio

O jornalista do site Rondoniaaovivo foi agredido com palavras de baixo calão e socos no rosto pelo prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho (PT), em um evento na capital de Rondônia. De acordo com Andreoli, o prefeito estava participando da caminhada do "Dia do Desafio" quando foi questionado pelo jornalista sobre os erros de grafia estampados em alguns adesivos confeccionados pela prefeitura - que também teriam sido divulgados fora de época. O prefeito deu um soco no jornalista, que teve um dente quebrado. Os assessores do político tentaram levar o equipamento do repórter, mas acabaram apreendendo somente o microfone. A Polícia Militar registrou ocorrência de agressão e furto.

São Paulo

Jorge Augusto Xavier – Mauá – 06 de janeiro

Na cobertura do desfile das escolas de Samba campeãs do Carnaval 2008 de Mauá, Xavier notou uma estranha movimentação de populares e Guardas Municipais em uma rua próxima da área de dispersão das escolas de samba e tirou uma foto. Para impedir que fossem divulgadas fotos de possíveis atos irregulares praticados pela Guarda Civil Metropolitana contra alguns jovens que assistiam ao evento, um GCMs exigiu que lhe entregasse o “filme” da máquina, quando o jornalista informou que a máquina era digital, o GCM desferiu a primeiro golpe de cassetete em sua mão para atingir a máquina fotográfica. Na sequência, se aproximaram outros guardas e também o agrediram com uma série de golpes com cassetetes, socos e pontapés.

Ricardo Prado e Gustavo Simi – Marília – 16 de fevereiro

O fotógrafo Ricardo Prado, do jornal Diário, e o repórter Gustavo Simi, da Rádio Dirceu AM, foram agredidos e ameaçados quando acompanhavam reclamações de moradores sobre uma festa – com a presença de políticos e assessores de Marília (SP). O fotógrafo foi ameaçado e a máquina que usava, uma Cannon digital, foi quebrada. O radialista conseguiu escapar de uma tentativa de agressão. Dois homens em uma moto chegaram até ele quando Gustavo entrava no carro. O garupa tentou atingi-lo com um capacete, a pancada pegou no vidro do carro, que foi estilhaçado.

Fábio Pizzato e equipe – 23 de abril

A equipe de reportagem da TV Record foi ao estádio Moisés Lucarelli, em Campinas, para acompanhar o treino da Ponte Preta. O local só seria aberto à imprensa às 17h15. Às 16 horas os profissionais chegaram e foram recebidos por um grupo de torcedores com gritos de ofensas e ameaças de agressão física. A revolta era com comentários a respeito do time exibidos na TV Record. Pizzato conta que ligou para a redação, pedindo que falassem por telefone com a assessora de imprensa da Ponte, para que garantisse a segurança e a entrada da equipe no estádio. Cerca de 30 minutos depois, a assessora apareceu para dizer que não tinha autorização para abrir o portão. Enquanto isso, ainda

inflamados, os torcedores seguiam ameaçando equipes de televisão, rádio e jornal que estavam no local.

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo lamentou o episódio e solicitou medidas para que a situação não se repita em outros jogos. “Esperamos que essa demonstração de vandalismo da torcida não encontre nenhum tipo de respaldo junto à diretoria do clube”, disse o presidente do SJSP, Guto Camargo.

Verônica Aparecida Calisto Bernasconi, Amanda Souza Lima e Rogério da Silva Corte Real – São Paulo – 7 de junho

Seguranças particulares que atuam no bairro do Brás, em São Paulo (SP), impediram com violência o trabalho da cinegrafista Verônica Aparecida Calisto Bernasconi, da estagiária Amanda Souza Lima e do motorista Rogério da Silva Corte Real, da TV Câmara São Paulo. Eles faziam reportagem sobre as ruas Maria Marcolina e Oriente para o programa Guia São Paulo, quando foram agredidos pelos seguranças. Um homem aparentando 40 anos se aproximou e berrou com a equipe, tentando impedir a gravação de imagens. Depois chamou um grupo de seguranças, que derrubaram o equipamento da emissora e espancaram a cinegrafista. Verônica teve pequenas escoriações. Foi feita ocorrência na polícia.

Guilherme Codazzi da Costa – São José dos Campos – 1 de outubro

O jornalista, repórter do Valeparaibano, foi agredido depois de ser dominado por dois homens e uma mulher quando fazia uma reportagem sobre o funcionamento de uma casa jogos clandestina, na região central da cidade. O repórter foi abordado pelos prováveis seguranças da casa numa padaria, enquanto aguardava o carro que o levaria de volta à redação. Depois de dominado e levado para uma rua próxima, foi agredido a socos. O ataque só parou diante da aproximação casual de uma viatura da polícia civil.

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo acompanhou a ação policial para identificação e punição dos agressores. O jornal publicou também manifestações de solidariedade e repúdio à violência contra o jornalista da APJ, da ABI, da OAB/ São Paulo, da seção da OAB de São José dos Campos

3. Ameaças

Paraná

Nájia Furlan e Daniel Devereck – Matinhos – 18 de janeiro

Os profissionais do jornal O Estado do Paraná estavam fazendo uma reportagem sobre a saúde no município de Matinhos. Nájia tinha entrevista marcada com o secretário municipal de Saúde, Jeferson Azevedo, e, enquanto aguardava para ser atendida, no Hospital Municipal, um cidadão se aproximou agredindo-a verbalmente. Segundo ela, dizia palavras como "voltem para a cidade de onde vieram" e "a imprensa só sabe falar mal do litoral do Paraná". O repórter fotográfico, Daniel Dereveck, teve de segurar o cidadão para evitar que batesse na repórter, num momento em que este foi para cima dela. A guarda municipal assistia a tudo e não tomou qualquer providência. Quando o cidadão se acalmou, daí sim a guarda veio - mas para expulsar a equipe do jornal do hospital.

Simone Munhoz, Marcelo Dorce e Darcy Kuhn – Almirante Tamandaré – 10 de março

Autorizada a gravar uma passagem no prédio da prefeitura de Almirante Tamandaré, a equipe da RIC TV, que fazia uma matéria sobre falta de vagas em creches do município, foi surpreendida ao término do trabalho com a agressiva abordagem de um segurança – que mais tarde se saberia que era um soldado da Polícia Militar de nome Ademir de Souza. Ele dizia que a jornalista estava “falando mal” da prefeitura e que não poderia sair dali com o material gravado, que insistia em ver. Descontrolado, o policial ameaçou pegar a câmera

e apagar as imagens e seguiu Simone e o repórter cinematográfico Marcelo Dorce até o carro, tentando impedi-los de sair de onde estavam. Foi quando sacou uma arma e apontou-a para a cabeça do motorista Darcy Kuhn, fazendo ameaças. O clima tenso só terminou com a chegada de policiais militares, que levaram o policial e a equipe ao 17.º Batalhão, onde, após uma longa permanência, não foi feito termo circunstanciado, ficando apenas a promessa do comando da Polícia Militar de que seria instaurado um processo administrativo sobre a conduta do policial.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-PR) denunciou o caso à Fenaj, ao Congresso Nacional e às entidades que lutam pelos direitos humanos e da comunicação. O Sindijor solicitou providências da Secretaria estadual de Segurança Pública.

Rio de Janeiro

Repórteres e fotógrafos dos jornais O Globo, Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – 26 de julho

Traficantes da Vila Cruzeiro ameaçaram os jornalistas que cobriam a caminhada do senador Marcelo Crivella (PRB). A Vila Cruzeiro fica no Complexo do Alemão, onde há seis anos o jornalista Tim Lopes foi torturado e executado. Repórteres e fotógrafos dos jornais O Globo, Jornal do Brasil e O Dia foram abordados e ameaçados por homens com rostos cobertos, um deles armado. Contrariados com fotos tiradas na comunidade, na visita do candidato do PRB, os agressores exigiram que os repórteres fotográficos as deletassem.

Para o Sindicato do Município do Rio, tal ocorrência denuncia a “incapacidade do poder público de libertar as favelas da tirania do narcotráfico e incluir suas populações na vida democrática do País”.

São Paulo

Jornais Folha de São Paulo e O Globo – São Paulo - 7 de março

O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), ameaçou processar os jornais Folha de S.Paulo e O Globo em 20 estados do país por causa da série de reportagens que os dois veículos publicaram sobre o repasse de verbas do Ministério do Trabalho para entidades ligadas à central. O deputado ameaçou mobilizar os sindicalistas para totalizar até 2 mil ações contra os jornais.

Os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo e da FENAJ, Sérgio Murillo, condenaram as ameaças. Os dois deixaram claro que não são contrários ao direito de quem se sentir ofendido procurar a Justiça, e sim à ameaça de diversas ações para que os jornais se calem sobre o repasse de verbas do Ministério do Trabalho para entidades ligadas à central.

Em nota, o presidente da FENAJ disse temer que as sucessivas ações virem moda, como no caso dos fiéis, pastores e a Igreja Universal. "O Paulinho quer intimidar a imprensa e os jornalistas. E deve receber o rechaço da FENAJ e da sociedade. É óbvio que jornais e jornalistas serão prejudicados, mas o maior prejuízo é do cidadão que perde seu direito de ser informado. Não defendemos a impunidade, todos devem ter direito de reparar eventuais prejuízos que a imprensa cause, mas esse tipo de atitude visa à intimidação, ao cerceamento", afirmou.

4. Detenção e tortura

Rio de Janeiro

Equipe Jornal O Dia – Rio de Janeiro – 14 de maio *

Uma repórter, um fotógrafo e um motorista do jornal "O Dia", do Rio, foram sequestrados e torturados por milicianos que atuam na favela do Batan (zona oeste do Rio) enquanto faziam uma reportagem. A repórter e o fotógrafo moravam na favela havia 14 dias com o intuito de fazer uma reportagem sobre

o funcionamento da milícia no local. Naquela noite, o fotógrafo e o motorista aceitaram um convite dos moradores da favela para beber uma cerveja. No local, os dois foram rendidos por dez homens armados encapuzados. Eles foram algemados diante dos moradores e levados para a casa alugada --onde a repórter também foi rendida. Os profissionais e um morador foram levados a um cativado e torturados. Os profissionais foram capturados por volta das 21h e liberados por volta das 4h.

O caso provocou reações a nível nacional e internacional cobrando das autoridades apuração de responsabilidades e punição dos culpados. Já junto a direção do jornal, as entidades sindicais dos jornalistas cobraram medidas de proteção aos profissionais.

O Sindicato do Município do Rio e a FENAJ reivindicaram estabilidade no emprego por dez anos, além de segurança, apoio material, jurídico e psicológico. O Dia se comprometeu a garantir, durante cinco anos, o pagamento de despesas com moradia e auxílio psicológico, além de outras despesas necessárias à permanência fora do Rio de Janeiro dos jornalistas ameaçados pela milícia e seus familiares.

* As identidades não serão divulgadas para preservar a segurança das pessoas envolvidas.

Santa Catarina

Paulo Schmidt e Liliane Dias – Brusque – 10 de novembro

O delegado regional de polícia de Brusque, Ademir Braz de Souza, mandou prender o repórter fotográfico Paulo Schmidt, da Radio Cidade AM. O fato ocorreu em frente à sede da delegacia, onde aconteceu um acidente de trânsito e o profissional, junto com a jornalista Liliane Dias, foi fazer a cobertura. Ademir deu voz de prisão e aos gritos disse que o fotógrafo não poderia fazer as imagens ali porque ele não permitia. Paulo teve sua máquina arrancada das

mãos por um tapa do delegado. Ademir deu ordem para que dois policiais civis se deslocassem até o local para encaminhar o fotógrafo à cela da delegacia, sob alegação de desacato à autoridade, o que, para dezenas de pessoas que acompanhavam a cena, não ocorreu. O delegado segurou o repórter pelo braço e deu varias voltas pelo local, afirmando sua autoridade e enfatizando que o profissional estava proibido de realizar seu trabalho ali. Quando estava sendo conduzido à delegacia, Paulo teve seu aparelho celular arrancado das mãos e não lhe foi permitido realizar a chamada.

5. Censura e processos judiciais

Bahia

Valmar Hupsel Filho e jornal A Tarde

São réus em ações movidas por integrantes da Igreja Universal do Reino de Deus por reportarem ato de vandalismo a uma imagem católica atribuído a um frequentador da igreja em Salvador. Ações foram ajuizadas em cidades do interior de todos os Estados brasileiros. A matéria foi publicada em 3 de dezembro de 2007.

A Federação Nacional dos Jornalistas, o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Jornalistas da Bahia e demais Sindicatos do país filiados à FENAJ repudiam, com veemência, a atitude da direção da Igreja Universal do Reino de Deus, que desencadeia campanha de intimidação contra jornalistas no exercício da profissão.

Também apelaram aos Tribunais e ao Superior Tribunal de Justiça no sentido de alertá-los para ações que se multiplicam a fim de inibir o trabalho de jornalistas em todo o país. O acesso e a divulgação da informação garantem o sistema democrático, são direitos do cidadão, e o cerceamento de ambos constitui violação dos direitos humanos.

Distrito Federal

Andréa Michael – Brasília – 8 de julho

A Polícia Federal em Brasília pediu à Justiça, como parte da Operação Satiagraha, a prisão da jornalista por vazamento de informação sigilosa. Além da prisão, a PF solicitou busca e apreensão de documentos na casa da repórter, que trabalha na sucursal da Folha em Brasília. O argumento da PF foi o de que a jornalista teria vazado a Operação em reportagem publicada em 26 de abril, quando afirmou que Daniel Dantas e outros diretores do banco Opportunity estavam sendo investigados por crimes financeiros. A Justiça negou o pedido da PF.

O presidente da FENAJ, Sérgio Murillo de Andrade, afirmou que a entidade condenou e denunciou o caso. "Ações da PF como essas, de busca e apreensão de documentos, pressões sobre vazamento de informações ou ameaça de prisão são demonstrações inequívocas de intimidação ao Jornalismo".

Programa Custe o que custar - Brasília

A equipe do programa CQC, transmitido pela Rede Bandeirantes, foi descredenciada para entrar no Congresso Nacional depois de ter gravado com os deputados em março. Na reportagem que foi ao ar, o repórter Danilo Gentili fazia um tour pela Câmara e ironizava a ausência de alguns deputados em seus escritórios no horário de trabalho. A proibição de entrada dos membros do programa no Congresso Nacional se deu sob a alegação de que eles são humoristas e não jornalistas. Tal argumento foi contestado, pois vários deles são inclusive profissionais sindicalizados. Uma campanha foi lançada para a liberação da entrada dos jornalistas do programa na Câmara e Senado.

Leonencio Nossa – Brasília – 25 de julho

Advogado Luiz Eduardo Greenhalgh pediu a intimação do repórter Leonencio Nossa, da sucursal de Brasília do Jornal O Estado de São Paulo, para que

fornecesse, sob pena de busca e apreensão em sua casa, documentos repassados por militares que participaram dos combates a militantes do PC do B no Pará, na década de 1970.

A FENAJ, o Sindicato dos Jornalistas do DF e a Associação Brasileira de Imprensa condenaram o pedido de Greenhalgh por ferir o sigilo de fonte e a liberdade de imprensa.

O presidente da FENAJ, Sérgio Murillo de Andrade, colocou a entidade à disposição do repórter e considerou estranha a atitude do advogado e ex-deputado federal, que se notabilizou por sua defesa de causas democráticas. "É extremamente legítimo que ele cobre das autoridades a revelação de documentos, mas ao cobrar informações de um jornalista, e ainda com possibilidade de busca e apreensão, ele foi infeliz", disse.

Minas Gerais

Site Novo Jornal – Belo Horizonte – 14 de agosto

O site que fazia denúncias contra vários políticos e autoridades públicas foi tirado do ar por determinação do Ministério Público. Na página foi colocado um cartaz do próprio Ministério Público dizendo que o site é alvo de investigação.

Mozart Farias – 30 de maio

Teve sua coluna "**ESPALHA PHATOS**", publicada semanalmente no Correio Sudoeste, suspensa. Segundo Mozart Farias, o diretor jornal informou-lhe que foi "aconselhado" a suspender a publicação da coluna por não estar agradando setores da cidade, possivelmente sob pena de retaliação, processos na justiça e boicote financeiro.

Pará

Jornalistas do Pará – Belém – 02 de agosto

Integrantes de alguns movimentos sociais ocuparam a sala onde se realizavam as discussões do segundo dia do VI Congresso Estadual dos Jornalistas. O alvo do protesto seria a Rede Globo, segundo faixas e panfletos distribuídos com a assinatura do MST, Via Campesina, Fórum em Defesa das Rádios Comunitárias, Consulta Popular, Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos/Pará, Kizomba, Marcha Mundial de Mulheres e Centro Acadêmico de Direito da UFPA.

O Sindicato dos Jornalistas do Pará lamentou que a ocupação tenha ocorrido num espaço público onde trabalhadores discutiam desafios, avanços e melhorias para a classe dos jornalistas. Mesmo surpreendida e discordando da forma, a diretoria do Sinjor-PA atuou para impedir qualquer repressão à manifestação no local do evento.

Piauí

Jornalistas do Piauí – Outubro

Segundo denúncias feitas à FENAJ, os jornalistas do Piauí foram proibidos de fazer seu trabalho de informar à população sobre o movimento grevista de Técnicos da Fazenda Estadual. Por pressão Governo Estadual do Piauí, a maioria das empresas se calou diante dos fatos, inclusive ameaçando de demissão os jornalistas que divulgassem o movimento.

São Paulo

Márcia Regina Dias – 18 de junho

A repórter Márcia Regina Dias recebeu e-mail do promotor José Barbutto, do Grupo de Ação Especial Regional para Prevenção e Repressão ao Crime Organizado (Gaerco), com denúncias contra 13 policiais. Na mensagem, Barbutto orientou a repórter para que ao divulgar a informação não denotasse que os promotores quisessem aparecer. Barbutto não pediu sigilo, e o processo não corria em segredo. Márcia Dias ouviu os policiais acusados sobre a denúncia, para que se defendessem. Um deles juntou o e-mail em seu

processo, acusando o promotor de tentar dirigir o trabalho da imprensa. Depois disso, Barbutto passou a se negar a dar novas informações para Márcia Regina Dias e considerá-la parcial em favor da defesa. Poucos dias depois, e cedendo as pressões da promotoria, o jornal Mogi News demitiu a repórter.

Na nota oficial, o SJSP e a FENAJ afirmam que a repórter teve “atuação profissional adequada e em cumprimento ao dever ético de ouvir todos os lados envolvidos na produção de uma matéria jornalística”. Além de colocar suas assessorias jurídicas à disposição da colega, as entidades sindicais condenaram a empresa e a representação do Ministério Público, que agiram contra a jornalista “quando deveriam agir de forma a elucidar denúncias de lesão ao interesse público”.

Jornal da Tarde – São Paulo – 24 de junho

Uma liminar concedida pelo juiz-substituto Ricardo Geraldo Resende Silveira, da 10ª Vara Federal Cível de São Paulo, proibiu a publicação de reportagem sobre supostas irregularidades cometidas pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) apuradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

ABI e FENAJ se manifestaram sobre o fato: “A decisão é absolutamente inconstitucional, pois a Constituição, no artigo 220, proíbe a censura e especialmente a censura prévia”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo. Para a Federação Nacional dos Jornalistas, a atitude é antidemocrática e configura censura prévia: “Lutamos muito pelo fim da censura, mas infelizmente isso tem se tornado frequente”, disse o presidente da entidade, Sérgio Murillo de Andrade.

Elvira Lobato e Folha de São Paulo

Pelo menos 28 integrantes da Igreja Universal do Reino de Deus entraram com ações individuais contra a jornalista Elvira Lobato e o jornal Folha de S. Paulo, no qual trabalha, alegando que foram ofendidos pela reportagem que descrevia as milionárias atividades do bispo Edir Macedo. Logo surgiram, nos mais

diversos lugares do país, ações judiciais movidas por adeptos da Igreja Universal que se diziam ofendidos pelo teor da reportagem.

A FENAJ denunciou o caso como sendo de assédio judicial e pediu ao Conselho Nacional de Justiça medidas que coíbam a litigância de má fé contra a imprensa.

Rio de Janeiro

Bruno Thys e jornal Extra – Rio de Janeiro

O jornal e o seu diretor de Redação, Bruno Thys, também são réus em vários processos movidos por pastores da Igreja Universal do reino de Deus em cidades do interior do Rio de Janeiro: Barra Mansa, Campos, Miracema, Bom Jesus de Itabapoana e Santo Antônio de Pádua. O jornal relatou caso em que um fiel da igreja, Marcos Vinícius Catarino, danificou imagem de madeira de São Benedito numa igreja de Salvador. Catarino foi detido pela polícia e liberado no mesmo dia. Os pastores alegaram que se sentiram ofendidos com a divulgação da notícia.

Vários veículos – Rio de Janeiro - 10 de janeiro

Dez veículos de comunicação da cidade foram proibidos, pelo juiz Joaquim Domingos de Almeida Neto, do 9º Juizado Especial Criminal, do Rio de Janeiro (RJ), de veicular imagem de três estudantes que agrediram um grupo de prostitutas num ponto de ônibus. Os jovens foram condenados, em pena alternativa, a trabalhar como garis. O juiz proibiu a divulgação de qualquer imagem deles, além de qualquer referência a seus nomes, sob pena de multa de R\$ 10 mil.

Para a FENAJ, a decisão da Justiça é uma censura prévia à imprensa: “Está na hora de haver uma manifestação do Conselho Nacional de Justiça orientando o

Poder Judiciário sobre esse tipo de decisão, que viola o direito à liberdade de expressão”, afirmou a entidade.

Jornal Extra – Baixada Fluminense – 28 de setembro

Um grupo de homens armados impediu que uma edição do jornal carioca *Extra* com a manchete "Deputados em campanha mentem para garantir salário de R\$ 13 mil" fosse entregue aos leitores da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Cerca de 30 mil exemplares foram comprados à força no centro de distribuição do jornal, em Belford Roxo, e bancas de São João de Meriti e de municípios vizinhos foram fiscalizadas pelo grupo para checar se havia algum exemplar disponível.

A Justiça Eleitoral do Rio determinou à Polícia Militar a realização de operação para garantir a venda do jornal na Baixada Fluminense.

Rio Grande do Sul

Elisabeth Lacerda – novembro

A jornalista da Fundação Cultural Piratini (TVE e FM Cultura) e delegada sindical Elisabete Lacerda foi retirada da cobertura do Palácio Piratini com a alegação de que Elisabete "não estava dentro do padrão técnico do repórter de TV". A profissional atua há mais de 15 anos como repórter de política e há sete, na própria TVE.

Em nota oficial emitida no dia 4 de novembro, o Sindicato dos Jornalistas do RS denunciou a represália da direção da Fundação Cultural Piratini. O Sindicato reivindicou do Conselho Deliberativo da Fundação esclarecimentos sobre denúncias de censura prévia, que cobrem dos diretores uma programação isenta e que atenda todos os gaúchos, não apenas os integrantes do Governo, e questionou a avaliação que a nova direção da Fundação Piratini fez com relação à profissional e dirigente sindical

6. Atentados

Amazonas

Jornal Diário do Amazonas – Manaus – 21 de junho

O jornal Diário do Amazonas teve sua sede alvejada a tiros. A polícia levantou a suspeita de que o atentado tenha sido praticado por antigos funcionários do jornal. No entanto, também há suspeitas de que a motivação do crime seja política.

Rondônia

Rubens Coutinho – Porto Velho – 28 de setembro

Um botijão de gás recheado com pólvoras e parafusos explodiu em frente à casa da família do jornalista Rubens Coutinho, editor do site TudoRondônia. De acordo com a página virtual, a explosão ocorreu um dia depois de terem sido publicadas, no site, novas denúncias contra o empresário Mário Calixto, dono do jornal *O Estadão do Norte*, que foi preso pela Polícia Federal acusado de participar da máfia capixaba. O atentado destruiu parcialmente o muro da frente da residência, provocando um buraco na parede.

Em nota, o Sindicato dos Jornalistas de Rondônia manifestou veemente repulsa ao ato de terrorismo e destacou que por muito pouco não se registrou na uma tragédia de proporções inimagináveis".

São Paulo

Edson Ferraz – 15 de maio

O jornalista estava sozinho no carro da emissora quando foi fechado por um outro carro. Dois tiros foram disparados contra ele, mas nenhum o atingiu. Ferraz, repórter da TV Diário, afiliada da Rede Globo em Mogi das Cruzes vinha

trabalhando em matérias que denunciam corrupção e extorsão envolvendo policiais civis. Em declarações à imprensa local, Ferraz afirmou acreditar ter sido vítima de uma tentativa de intimidação. Ele relatou que, no dia anterior ao atentado, recebeu um telefonema em que um homem não identificado alertava que ele deveria tomar cuidado.

A FENAJ e o Sindicato de São Paulo pediram proteção ao jornalista e rigor na apuração dos fatos e conclamaram as instituições governamentais e da sociedade civil a repudiarem toda e qualquer tentativa de cerceamento da liberdade de imprensa e do trabalho dos jornalistas, pilares fundamentais para a democracia e a cidadania.

7. Desrespeito ao Sigilo de Fonte

Minas Gerais

Ezequiel Fagundes e Ricardo Corrêa – 29 de abril

O delegado Daniel Silva, da Superintendência da Polícia Federal de Minas, ouviu em depoimento o repórter Ezequiel Fagundes e o chefe de reportagem Ricardo Corrêa, a respeito das informações obtidas pelo jornal O Tempo sobre a operação Pasárgada, que resultou na prisão de dezenas de prefeitos, políticos e indicou a participação de magistrados no processo de desvio de verbas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Os jornalistas foram intimidados a comparecer à sede da PF para indicar as fontes que vazaram as informações.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Elian Guimarães de Oliveira, que acompanhou os depoimentos onde os jornalistas se declararam impedidos de revelar a fonte baseados no artigo 5º da Constituição Federal e da Lei de Imprensa em vigor, afirmou que: “intimar jornalistas para se chegar à fonte de notícias veiculadas na imprensa não só intimida, como abre precedente perigoso que atinge em cheio as instituições democráticas da

informação e quebra o direito garantido pela Lei Magna de nosso país”.

8. Violência contra a organização sindical

Paraná

Rogério Fischer – Maringá – 17 de junho

Editor do jornal O Diário do Norte do Paraná, de Maringá, Fischer foi suspenso de suas funções no dia 17 de junho, em comunicado feito às 22 horas, sem que houvessem sido explicados os motivos do afastamento. O jornalista, também diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná, negociava com a direção do jornal a volta do pagamento do anuênio e o ressarcimento do montante retroativo do benefício, preparava uma lista de reivindicações à empresa, como pagamento de horas extras, respeito à jornada de trabalho, pagamento de gratificação por função e implantação de um Plano de Cargos e Salários.

Em nota, FENAJ e Sindicato dos jornalistas do Paraná denunciaram perseguição do jornal contra o jornalista. “A FENAJ e o Sindicato repudiam esse procedimento por reconhecer nele um atentado à liberdade sindical, com consequências nefastas à prática do Jornalismo”, registra a nota. As duas entidades assinalaram, também, que conduta da direção de O Diário contraria o preceito de liberdade de expressão “que deveria nortear o trabalho de todo veículo de comunicação social”.

Distrito Federal

Sandro Dilamar dos Santos e Dermeval Fernandes Dantas – Brasília – 18 de janeiro

Os jornalistas, ambos membros da diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, foram sumariamente demitidos do Grupo Comunidade, que publica os jornais Coletivo e Comunidade. Segundo o Grupo, as demissões

aconteceram por necessidade de “contenção de despesas”.

O Sindicato comunicou o fato à Delegacia Regional do Trabalho e afirmou que: “Ao tomar essa decisão, a direção do Grupo Comunidade desrespeitou um direito legítimo do trabalhador, que é o de ser representante sindical da categoria”.

COBERTURA DE RISCO

Paraná

Anderson Leandro – Curitiba – 23 de outubro

O jornalista foi ferido a bala enquanto acompanhava o despejo de famílias, por tropas da Polícia Militar, de um terreno ocupado no bairro Fazendinha, em Curitiba. Leandro, que fazia reportagem no local para a produtora Quem TV, foi atingido por uma bala de borracha no rosto.

O Sindicato dos Jornalistas do Paraná (SindijorPR) criticou a força policial e pediu providências ao secretário de Segurança Pública do Paraná. O secretário informou que os responsáveis pelos excessos da operação policial foram afastados de suas funções.

DESDOBRAMENTOS DE CASOS ANTIGOS

Ceará

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça decidiu, no dia 4 de dezembro de 2008, atribuir competência ao Tribunal do Júri para processar a ex-prefeita de Limoeiro do Norte (Ceará), Maria Arivan de Holanda Lucena, pelo assassinato, a 30 de junho de 2003, de Nicanor Linhares Batista, proprietário da Rádio Vale do Jaguaribe na mesma cidade.

A ex-prefeita é acusada, juntamente com seu marido, o juiz federal José Maria de Oliveira Lucena, da autoria intelectual da morte do jornalista, baleado por dois indivíduos nos estúdios da sua rádio.

No total, nove pessoas foram acusadas pelo mesmo crime, das quais sete em 2006.

São Paulo

Foi condenado a de 13 anos de prisão, no dia 15 de abril, o quarto envolvido no incêndio do prédio do jornal Diário de Marília e das duas estações de rádio do grupo Central Marília Notícias (CMN), Anderson Ricardo Lopes. A defesa do CMN e a Promotoria Pública anunciaram que recorrerão para incluir seis meses em sua sentença pelo roubo do vigia do prédio, além da invasão e do incêndio criminoso, como os outros três condenados.

A Redação do Jornal Diário de Marília e as estações de rádio do CMN foram incendiadas na madrugada de 08 de setembro de 2005 por um grupo de homens que agrediu e manteve refém o único vigia do prédio.

Rio de Janeiro

Claudia Cordeiro Cruz – 24 de outubro

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o vínculo empregatício da jornalista Claudia Cordeiro Cruz com a TV Globo. Relator do recurso da emissora, que já havia sido condenada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), o ministro Horácio Senna Pires constatou que havia evidências de fraude nas relações de trabalho no contrato de locação de serviços mantido entre a Globo e a jornalista no período de maio de 1989 a março de 2001. Na decisão, o relator registrou que "se tratava de típica fraude

ao contrato de trabalho, caracterizada pela imposição feita pela Globo para que a jornalista constituísse pessoa jurídica com o objetivo de burlar a relação de emprego”. A Rede Globo foi condenando a fazer a anotação da carteira de trabalho da jornalista, no período de maio de 1989 a março de 2001, com o salário de R\$10.250,00.

Diretoria da FENAJ

EXECUTIVA

Presidente: Sérgio Murillo de Andrade - Santa Catarina
1º Vice-Presidente: Celso Schröder - Rio Grande do Sul
2ª Vice-Presidente: Carmen Lúcia da Silva - Pará
Secretária Geral: Maria José Braga - Goiás
1º Secretário: Guto Camargo - São Paulo
1ª Tesoureira: Déborah Lima - Ceará
2º Tesoureiro: Arthur Lobato Magalhães Filho - Minas Gerais
Suplente: Osnaldo Moraes Silva - Pernambuco
Suplente: Antônio Paulo Santos - Distrito Federal

VICE-PRESIDÊNCIAS REGIONAIS

Vice Regional Centro-Oeste: Luiz Spada - Goiás

Vice Regional Sul: Aniela de Almeida - Paraná
Vice Regional Sudeste: Suzana Tatagiba - Espírito Santo
Vice Regional Nordeste I: Luiz Carlos de Oliveira Silva - Piauí
Vice Regional Nordeste II: Valdice Gomes da Silva - Alagoas
Vice Regional Norte I: José Gilvan da Costa - Roraima
Vice Regional Norte II: Volney Oliveira – Amapá

DEPARTAMENTOS

Departamento de Educação e Aperfeiçoamento Profissional
Valci Zuculoto - Santa Catarina
Alexandre Campello - Minas Gerais
Marjorie Moura - Bahia

Departamento de Relações Institucionais
Aloisio Lopes - Minas Gerais
Edvânia Kátia - Maranhão
Alcimir Carmo - São Paulo

Depto. de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral
José Carlos Torves - Rio Grande do Sul
Márcia Regina Quintanilha - São Paulo
Luís Carlos Luciano - Mato Grosso do Sul

Departamento de Cultura e Eventos
Adriana Santiago - Ceará
Maria das Graças Prado de Oliveira - Pernambuco
Lourdes Augusto - São Paulo

Departamento de Mobilização em Assessoria de Comunicação
Janaina Ferreira da Mata - Minas Gerais
Wilson Carlos Braga Reis - Amazonas
Edlamara Conti - Espírito Santo

Departamento de Relações Internacionais
Beth Costa - Rio de Janeiro
Moacir Maia - Ceará
Ayoub Hanna Ayoub - Paraná

Depto. de Mobilização dos Jornalistas de Produção e Imagem
Raimundo Afonso Gomes - Acre
Edson Carlos da Silva - Paraná
Land Seixas - Paraíba

Departamento de Saúde e Previdência
Rubens Lunge - Santa Catarina
Lúcia de Fátima Figueiredo - Paraíba
Marcos Antônio Grützmacher - Rondônia

Conselho Fiscal
Kardé Mourão - Bahia
Edson Verber da Silva - Paraíba
Socorro Loureiro - Tocantins

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA

Armando Rollemberg - Distrito Federal
Washington Mello - Minas Gerais
Carmen Lúcia Pereira - Rio de Janeiro
Regina Deliberai - Mato Grosso
Rossini Barreira – Pernambuco

COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E LIBERDADE DE IMPRENSA

Ayrton Maciel – Pernambuco
José Maria Rodrigues Nunes – Rio Grande do Sul
Rose Nogueira – São Paulo
Romário Schettino – Distrito Federal
Suzana Blass – Município do Rio de Janeiro

FENAJ

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

IFJ **FU**
IFJ **FU**

